



**Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Ciências Humanas – IH
Departamento de Serviço Social – SER**

MARINA DE FIGUEIREDO COELHO

**FEMINISMO, GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
uma análise da produção teórica**

**Brasília - DF
2014**

MARINA DE FIGUEIREDO COELHO

**FEMINISMO, GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
uma análise da produção teórica**

**Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado ao Departamento de Serviço
Social – SER da Universidade de Brasília –
UnB, como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Serviço Social, sob
a orientação do Prof. Dr. Reginaldo
Guiraldelli.**

**Brasília - DF
2014**

MARINA DE FIGUEIREDO COELHO

**FEMINISMO, GÊNERO E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:
uma análise da produção teórica**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Reginaldo Guiraldelli
Professor Orientador – SER/UnB

Prof.^a Dr.^a Débora Diniz Rodrigues
Examinadora Interna – FD/UnB

Assistente Social Marcos Francisco de Souza
Examinador Externo– CJM/TJDFT

Brasília – DF, 24 de novembro de 2014.

Dedico os méritos deste trabalho aos meus guias espirituais; em especial, ao meu amado Miguel, meu anjo protetor.
A todas as mulheres fortes e guerreiras que lutam cotidianamente pela sua emancipação.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por acompanhar-me em todos os momentos de minha vida e abençoar-me diariamente. Aos meus anjinhos e guias espirituais pela força, intuição, inspiração e disciplina que tive durante o TCC.

À minha família pela base e pelo amor incondicional. Um agradecimento especial à minha guerreira, minha mãe, meu grande amor. Sua garra, seu brilho, sua sede de vencer esta doença... Eu só me orgulho de você. Sempre, a cada dia mais. Ensinou-me que viver e lutar pela vida com um sorriso no rosto é sempre a melhor escolha. Isso me impulsionou a continuar forte e de cabeça erguida para escrever esta monografia, mesmo os ventos não estando tão favoráveis assim. Papitinho, obrigada pelo apoio emocional e financeiro de todos esses anos, foram fundamentais para eu chegar até aqui. Aos meus irmãos, Matheus e Marcos Paulo, por todo o carinho que têm comigo. À minha pequena Lis, por me ensinar o sentido do amor puro e maternal.

Aos meus avós, Loló, Socorro e Maria, por todo amor e dedicação a mim. Sou uma pessoa mais feliz por ser tão querida por vocês. Amo-os verdadeiramente. Vôzinho, aproveito a oportunidade para agradecer por todos os anos que patrocinou meus estudos. Sempre valorizei muito isso. Se hoje estou aqui, devo muito a você. Essa conquista é nossa. Tia Késsia e Arthurzinho, um beijo super carinhoso em vocês, meus amores.

Ao Dan, meu bonitinho, pela força, amor e compreensão neste ano de 2014 e nesta fase de TCC. Trouxe-me paz, tranquilidade e otimismo durante este processo. Obrigada por acreditar em mim e por segurar minha mão quando mais preciso. Seus gestos e suas palavras de apoio sempre me fazem sentir amada e especial. Você é incrível para mim. Gratidão.

Aos meus colegas de curso pela união e por todo o caminho que trilhamos juntos nesta Universidade. Jéssica, nossa irmandade que se iniciou na UnB e a nossa parceria no curso de Serviço Social está eternizada em meu coração. Tudo o que vivemos juntas marcou meu crescimento pessoal e profissional. Obrigada por tudo, você foi um presente maravilhoso na minha graduação. Árina, Marilene, Ingrid, Neiva, Wellington, Daniel, Ernesto e demais amigos, esses cinco anos de curso não teriam sido os mesmos sem vocês. Muito sucesso para nós.

Ao meu orientador, professor Reginaldo, por aceitar me acompanhar nesta fase de TCC, sem termos trabalhados juntos anteriormente. Com a troca imprevista de

orientador, você foi a luz para mim. Agradeço imensamente sua atenção, seu cuidado e sua cordialidade. Obrigada pelo incentivo e otimismo constantes quando as dificuldades apareceram. Formamos uma bela parceria.

Ao Marquinhos, meu supervisor de estágio, por me receber tão bem no Fórum do Núcleo Bandeirante e me transmitir com total disposição e paciência seu vasto conhecimento em matéria de Serviço Social. Obrigada por marcar de maneira tão positiva minha passagem pelo Centro Judiciário da Mulher. Obrigada também por aceitar participar da minha banca examinadora juntamente com a professora Débora Diniz. Foi uma honra.

À Denise, por oferecer grande ajuda nos ajustes finais do TCC. Obrigada pelo carinho, pelos lanchinhos em sua casa, pelas conversas, por toda a atenção e cuidado.

À esta Universidade pela experiência única de contato com o pensamento científico e com a diversidade. À minha amiga Ivy, por me incentivar a escolher ser assistente social e, por fim, ao curso de Serviço Social por acender em mim ainda mais a vontade de fazer a diferença na realidade em que vivemos na defesa e garantia dos direitos humanos e sociais.

De todo o meu coração, o meu profundo agradecimento.

“Querer-se livre é também querer livres os outros.”
Simone de Beauvoir

Resumo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar e propor uma reflexão sobre o que tem sido produzido na área de violência contra a mulher a partir da experiência de três revistas nacionais que possuem publicações sobre o pensamento feminista na atualidade, que são: Revista Estudos Feministas, Cadernos Pagu e Revista Gênero. A presente pesquisa também analisou historicamente a construção teórica e política do feminismo, destacando, em especial, sua trajetória no contexto brasileiro. Além disso, evidenciou a relação de gênero, enquanto categoria histórica, ontológica e analítica, com o movimento feminista e de mulheres. Este estudo objetivou também discutir a complexidade que envolve o conceito de violência contra a mulher, remetendo às questões que abrangem o seu enfrentamento, com especial enfoque no papel do Estado, considerando as políticas públicas e a legislação pertinente, como mecanismos para a busca da equidade de gênero. A pesquisa partiu de uma perspectiva crítico-dialética e a metodologia adotada centrou-se em uma pesquisa teórica realizada por meio de um levantamento bibliográfico sobre o tema. Para a análise, foram selecionados artigos sobre o que tem sido produzido sobre violência, com destaque para a violência contra a mulher, enfatizando abordagens e tendências teórico-metodológicas sobre as concepções de feminismo, gênero e violência. Por fim, faz-se uma relação da temática com o Serviço Social, tendo em vista o reconhecimento dessa demanda no campo profissional, além de considerar a violência contra a mulher uma expressão da questão social posta na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Feminismo; Gênero; Violência contra a mulher; Serviço Social.

Abstract

This monograph aims to analyze and propose a reflection on what has been produced in the area of violence against women, from the experience of three national magazines that have publications on feminist thought today, which are: Revista Estudos Feministas, Cadernos Pagu and Revista Gênero. This research also examined theoretically and historically the political construction of feminism, highlighting, in particular, its trajectory in the Brazilian context. Additionally, it showed the gender, in the historical, ontological and analytical category, with the feminist and women's movement. This study also aimed to discuss the complexity surrounding the concept of violence against women, concerning the issues that cover your coping with particular focus on the role of the state, considering public policies and relevant legislation, as mechanisms for the pursuit of equity gender. The research started from a critical dialectical perspective and methodology focusing on a theoretical study by means of a literature survey on the topic. For the analysis, articles on what has been produced on violence, especially violence against women, emphasizing theoretical and methodological approaches and trends on the concepts of feminism, gender and violence were selected. Finally, it is a relation of the subject to the Social Work, considering the recognition of this demand in the professional field, and to consider violence against women an expression of the social question posed in contemporary society.

Keywords: Feminism; Gender; Violence against women; Social Work.

Lista de Ilustrações/Figuras

| | |
|---|-----------|
| FIGURA 1 – Quantidade de homens brasileiros que já foram ou que estão sendo violentos..... | 59 |
|---|-----------|

Lista de Gráficos

| | |
|--|-----------|
| GRÁFICO 1 – Opinião das mulheres sobre sua proteção após a Lei Maria da Penha | 56 |
| GRÁFICO 2 – Agressores mais citados pelas entrevistadas | 57 |
| GRÁFICO 3 – Motivos que levam a mulher a não realizar a denúncia | 58 |
| GRÁFICO 4 – Indicador de homens favoráveis à Lei Maria da Penha | 60 |
| GRÁFICO 5 – Conhecimento dos homens sobre a Lei Maria da Penha | 60 |
| GRÁFICO 6 – Predominância das áreas de formação das autoras na REF de textos sobre violência..... | 88 |
| GRÁFICO 7 – Predominância das áreas de formação das autoras na Revista Gênero de textos sobre violência | 88 |
| GRÁFICO 8 – Predominância das áreas de formação das autoras nos Cadernos Pagu de textos sobre violência..... | 88 |
| GRÁFICO 9 – Predominância da distribuição nacional e internacional das autoras | 89 |

Lista de Abreviaturas e Siglas

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher

CEJIL – Centro para a Justiça e o Direito Internacional

CIEC/UFRJ – Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

CLADEM – Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

DEAMs – Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher

EDUFF – Editora Universidade Federal Fluminense

IFCS/UFRJ – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

JECs – Juizados Especiais Cíveis e Criminais

JVDFM – Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

MP – Ministério Público

NUTEM – Núcleo Transdisciplinar de Estudos da Mulher

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONGs – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PL – Projeto de Lei

PPGCS/UERJ – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

PROEX/UFF– Pró-reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense

REF – Revista Estudos Feministas

SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social

SPM – Secretaria de Políticas para as Mulheres

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UnB – Universidade de Brasília

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| CAPÍTULO 1: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE FEMINISMO, GÊNERO E VIOLÊNCIA | 19 |
| 1.1. Retomando a construção teórica e política do feminismo..... | 19 |
| 1.2. O feminismo no Brasil a partir da década de 1970: um campo de luta política..... | 22 |
| 1.3. O gênero enquanto categoria de análise | 26 |
| 1.4. Violência: concepções e abordagens..... | 33 |
| CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E LEI MARIA DA PENHA | 38 |
| 2.1. Violência de gênero: um campo teórico e de investigação..... | 38 |
| 2.2. Violência contra a mulher: um fenômeno social complexo, persistente e multifacetado..... | 40 |
| 2.3. A Lei Maria da Penha: antecedentes históricos e repercussões atuais.. | 46 |
| 2.4. Um panorama da violência contra a mulher no Brasil a partir da Lei Maria da Penha | 55 |
| CAPÍTULO 3: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ALGUNS NÚCLEOS DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA | 62 |
| 3.1. Características das revistas: Revista Estudos Feministas, Cadernos Pagu e Revista Gênero | 64 |
| 3.1.1. Revista Estudos Feministas | 64 |
| 3.1.2. Cadernos Pagu..... | 65 |
| 3.1.3. Revista Gênero..... | 66 |
| 3.2. As categorias de análise | 68 |
| 3.2.1. Violência contra a mulher, direitos humanos e cidadania | 68 |
| 3.2.2. Violência contra a mulher, Estado e políticas sociais | 72 |
| 3.2.3. Violência contra a mulher, gênero e a questão étnico-racial..... | 76 |
| 3.2.4. Serviço Social, violência contra a mulher e questão social | 81 |
| 3.3. Algumas considerações sob a ótica dos textos analisados..... | 87 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 90 |
| REFERÊNCIAS..... | 93 |

INTRODUÇÃO

As mudanças sócio-históricas em âmbito mundial ocasionaram um aumento significativo de estudos que abarcam a mulher e a abordagem de gênero. Assim, a partir do final do século XIX, até meados do século XX, o pensamento feminista foi se construindo notavelmente sob variadas vertentes teóricas (MATOS, 1997).

A partir dos anos 1970, as mulheres ingressaram nas universidades e começaram a reivindicar seu lugar na história. Paulatinamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela entrada de mulheres na academia, como pela produção teórica que vinha ganhando força (RAGO, 1998). Dessa forma, a teoria feminista surge como um típico pensamento intelectual e social moderno (SORJ, 1992).

Nesse cenário de consolidação de estudos da mulher e de gênero como campo do saber, Lourdes Bandeira (2008) ressalta o pensamento crítico feminista que questiona as formas e as expressões das racionalidades científicas existentes e predominantes. Em outras palavras, o pensamento feminista elaborou sua crítica ao conhecimento científico hegemônico que sustentou a dominação masculina secularmente.

É sobre os interesses das mulheres que o pensamento feminista se apoia, ao disseminar o conceito de gênero como um conhecimento situado historicamente, constituído nas relações sociais e desiguais de poder entre mulheres e homens.

Diante desse contexto, o foco da presente pesquisa é a violência contra a mulher¹. Abordar esse tipo de violência pressupõe o entendimento de gênero como elemento constitutivo das relações sociais. O fenômeno da violência contra a mulher ganhou visibilidade na esfera pública brasileira, especialmente através do movimento de mulheres e feministas que denunciavam esse tipo de violência, passando a ter relevância em várias instâncias públicas, em propostas políticas e em agendas de ação. Surge, assim, a terminologia *violência contra a mulher* que se apresenta como uma expressão da violência de gênero, pois está relacionada à construção social do masculino e do feminino e à desigualdade de poder nas relações que são estabelecidas entre os gêneros (GROSSI et al., 2006).

¹ A escolha por essa temática veio da experiência de estágio supervisionado em Serviço Social no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e de Cidadania da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar. Conhecido como Centro Judiciário da Mulher (CJM), o local fica no Fórum Desembargador Hugo Auler, na região administrativa do Núcleo Bandeirante.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar e propor uma reflexão sobre o que tem sido produzido na área de violência contra a mulher, a partir da experiência de três revistas nacionais que possuem publicações sobre o pensamento feminista na atualidade, que são: Revista Estudos Feministas, Cadernos Pagu e Revista Gênero. Para a construção da análise, este estudo divide-se em três capítulos de maneira a relacionar feminismo, gênero e violência contra a mulher, com ênfase na produção teórica.

O Capítulo 1 traz uma breve discussão teórico-conceitual sobre feminismo, gênero e violência, situando historicamente a emergência do feminismo e sua construção teórica e política nacional e internacionalmente. Ressalta a visibilidade desse pensamento no contexto brasileiro, especialmente a partir da década de 1970, pois, no período da redemocratização, as ideias feministas difundiram-se no cenário social do país, com nítida vinculação aos movimentos sociais. Assim, o movimento de mulheres consolidou-se no Brasil como uma força política e social.

Na segunda metade do século XX, no seio do pensamento feminista, merece destaque a apropriação da categoria gênero como eixo de análise das relações sociais, introduzindo uma nova concepção e direção ético-política na produção de conhecimento, que passa a refletir e questionar a condição de subordinação vivenciada pelas mulheres e propõe um saber crítico sobre as formas de dominação entre os sexos. Essa categoria surgiu com o propósito de evidenciar a opressão feminina e o caráter de construção histórica e social da desigualdade entre homens e mulheres, contrapondo-se ao determinismo biológico como explicação para as relações que são estabelecidas entre os sexos (BANDEIRA; SIQUEIRA, 1997).

Gênero é um conceito acionado para analisar categorias sociais a partir de determinações históricas e ontológicas, e para explicar as relações sociais presentes na sociabilidade. Usada empírica ou analiticamente, é uma ferramenta desconstrutiva, um instrumento para produzir efeitos na sociedade (SUAREZ, 2000).

Os indivíduos são transformados em homens e mulheres através das relações de gênero, ou seja, o tornar-se homem e o tornar-se mulher constituem obra das relações de gênero (SAFFIOTI, 1992). Construída historicamente, a oposição homem-mulher e a consequente desigualdade estabelecida entre os gêneros desencadearam um fenômeno eminentemente histórico: a violência. Assim, na última parte desse capítulo há a contextualização desse fenômeno de forma geral, introduzindo os

conceitos de violência de gênero e violência contra mulher, detalhados no capítulo seguinte do estudo.

O Capítulo 2 apresenta considerações teóricas sobre violência de gênero e violência contra a mulher, fazendo a diferenciação desses conceitos. Parte-se do pressuposto de que a violência é inseparável da noção de gênero, porque se baseia e é praticada na e pela diferença social entre mulheres e homens. Assim, incluir a noção de gênero em uma definição de violência é imprescindível (LISBOA, 2004). Feita a diferenciação teórica desses conceitos, o capítulo centra-se no papel do Estado na erradicação, coibição, punição e prevenção da violência contra a mulher, destacando-se a Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha.

Até o ano de 2006, a legislação brasileira não dispunha de mecanismos específicos para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Antes da Lei Maria da Penha, a violência doméstica pertencia à égide da Lei 9.099/95. Assim, esse estudo aborda algumas características dos antecedentes históricos e traz, também, as inovações e repercussões atuais da Lei Maria da Penha. Para fins de melhor visualização dos impactos dessa Lei no cenário brasileiro, esse capítulo apresenta alguns dados de pesquisas atuais sobre a Lei 11.340/2006 e o fenômeno da violência.

No último capítulo se apresenta uma análise sobre o que tem sido produzido acerca da temática da violência contra a mulher a partir das experiências de alguns núcleos de pesquisa nacionais, conforme mencionado anteriormente.

Cabe destacar que as revistas são criadas no decorrer do processo de desenvolvimento do pensamento feminista na academia brasileira, com o compromisso de divulgação de debates sobre o feminismo e a perspectiva de gênero que se desenrolam nacional e internacionalmente. A escolha pelas revistas se deu pelo reconhecimento, abrangência e relevância na produção de conhecimento sobre a temática feminista.

As Revistas selecionadas foram: Revista Estudos Feministas (vinculada à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC), Cadernos Pagu (vinculada à Universidade Estadual de Campinas - Unicamp) e Revista Gênero (vinculada à Universidade Federal Fluminense - UFF Niterói). Vale ressaltar que a escolha pela Revista Gênero está relacionada à sua vinculação com a Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, pois, nesse trabalho, buscou-se analisar a relação

da produção teórica sobre violência contra a mulher com o Serviço Social e a questão social.

Os critérios para a seleção dos artigos foram baseados na temática da violência contra a mulher. A análise do que foi selecionado leva em consideração quem são as/os autoras/es; os dados relativos à filiação institucional; distribuição regional e internacional das/os autoras/es; bem como a formação profissional das/os mesmas/os. Além disso, foi analisado o que tem sido produzido sobre o tema, com destaque para as tendências teórico-metodológicas sobre as concepções de gênero, feminismo, masculinidade, feminilidade e violência.

A partir da leitura crítica dos artigos selecionados, foram elaboradas quatro *categorias de análise* que agrupam as características convergentes e divergentes dos textos, de forma a buscar um resultado mais qualitativo do conteúdo das publicações, sintetizando as principais conclusões no estudo das revistas, que foram: 1) violência contra a mulher, direitos humanos e cidadania; 2) violência contra a mulher, Estado e políticas sociais; 3) violência contra a mulher, gênero e a questão étnico-racial; e, 4) Serviço Social, violência contra a mulher e questão social. Além dos textos analisados das três revistas selecionadas, foram utilizadas outras fontes bibliográficas que abordam a temática de forma a contribuir e complementar a análise.

CAPÍTULO 1: BREVE DISCUSSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL SOBRE FEMINISMO, GÊNERO E VIOLÊNCIA

1.1. Retomando a construção teórica e política do feminismo

O contexto de transformações por que vem passando a história nos últimos tempos causou uma evidente expansão dos estudos que incorporam a mulher e a abordagem de gênero. As novas tendências de abordagem histórica apontaram para a descoberta da dimensão política no âmbito do cotidiano, o que levou a um questionamento sobre as transformações da sociedade, o funcionamento da família, o papel da disciplina e das mulheres, o significado dos fatos, lutas e gestos cotidianos (MATOS, 1997).

A teoria feminista trouxe uma notável contribuição para o conhecimento científico, pois desloca as análises de seu eixo tradicional – centrado em uma visão dicotômica e assexuada – ao introduzir uma abordagem histórico-relacional, que considera em suas investigações a combinação de relações entre sexo/gênero, raça/etnia e classes sociais (PRÁ, 1997).

Desde o final do século XIX até meados do século XX, o pensamento feminista foi se construindo sob variadas vertentes teóricas, por isso, não há uma definição precisa para o feminismo. O interlocutor privilegiado do pensamento feminista tem sido o marxismo, apesar de o debate ter se ampliado para o campo da Psicanálise, das correntes pós-estruturalistas e pós-modernas (SORJ, 1992). Porém, de maneira geral, os pressupostos do liberalismo (valores individualistas) e do socialismo (valores igualitaristas) serviram de âncora aos pressupostos iniciais do pensamento crítico feminista (BANDEIRA, 2008).

As aproximações do feminismo com o marxismo, considerando as diferenças entre essas correntes, foram essenciais para conferir à opressão vivenciada pelas mulheres um estatuto teórico equivalente ao da exploração de classe. Em outras palavras, assim como o conceito de classe está para o marxismo, o gênero está para o feminismo (SORJ, 1992).

Bila Sorj (1992, p.16-17) destaca três elementos centrais na construção teórica do feminismo. “O primeiro refere-se à universalidade da categoria gênero, que pressupõe uma experiência comum das mulheres, generalizável a partir da vivência de gênero e coletivamente compartilhada através da cultura e da história”. O segundo

elemento refere-se à maneira pela qual a teoria feminista construiu um ator coletivo a partir de meados do século XIX, quando a presença das mulheres no cenário coletivo ganha visibilidade. O terceiro elemento diz respeito à criação de uma utopia emancipatória das mulheres, principalmente considerando-se o espaço público também como um espaço de e para mulheres.

A partir dos elementos destacados acima – universalidade das categorias de análise, identificação de um sujeito histórico de transformação e construção de utopias libertárias – pode-se identificar, segundo Bila Sorj (1992), a teoria feminista como um típico pensamento intelectual e social moderno.

A entrada das mulheres nos círculos universitários vinha produzindo certa feminização do espaço acadêmico e das formas da produção dos saberes. Em outras palavras, a partir dos anos setenta, as mulheres entraram nas universidades e passaram a reivindicar seu lugar na História. Juntamente com elas emergiam seus temas e problematizações, seu universo, suas inquietações, suas lógicas diferenciadas, seus olhares desconhecidos. Progressivamente, a cultura feminina ganhou visibilidade, tanto pela simples presença das mulheres nos corredores e nas salas de aula, como pela produção acadêmica que vinha à tona (RAGO, 1998).

Nesse contexto de constituição de estudos da mulher e de gênero como campo do saber, Lourdes Bandeira (2008) ressaltou o pensamento crítico feminista que se originou como produto do pensamento, questionando as formas e as expressões das racionalidades científicas existentes e predominantes portadoras de marcas cognitivas, éticas e políticas de seus criadores individuais e coletivos – os masculinos, isto é, o pensamento feminista elaborou sua crítica ao conhecimento científico hegemônico que sustentou a dominação masculina secularmente.

Na área dos estudos feministas, a convergência das problematizações é evidente, muito embora a preocupação central, nesse caso, seja a de questionar a dominação masculina constitutiva das práticas discursivas e não discursivas, das formas de interpretação do mundo dadas como únicas e verdadeiras.

Antes do surgimento do pensamento crítico feminista, as mulheres não tinham história, eram absolutamente excluídas pela figura divina do Homem (RAGO, 1998). A partir dessa nova crítica, elas começaram a reivindicar a construção de uma nova linguagem que revelasse a marca específica do olhar e da experiência cultural e historicamente constituída de si mesmas. Mais do que a inclusão das mulheres no discurso histórico, tratava-se de encontrar as categorias adequadas para conhecer os

mundos femininos, para falar das práticas das mulheres no passado, no presente e para propor novas e possíveis interpretações inimagináveis na ótica masculina.

Assim, foi ficando nítida a mudança que vinha ocorrendo no campo do conhecimento, e essa não provinha apenas das problematizações levantadas pelo feminismo, era oriunda de várias vertentes: do “pensamento da diferença”, da psicanálise, do novo historicismo. Entre outras correntes críticas do pensamento, emergia a crítica à razão, ao sujeito universal e à lógica da identidade.

Nesse sentido, o deslocamento do sujeito, a dissolução e historicização das identidades, a desnaturalização de inúmeras dimensões da vida social, cultural e sexual descortinou um novo olhar sobre a questão. Logo, as feministas avançaram a crítica questionando a figura do sujeito unitário, racional, masculino que se colocava como representante de toda a humanidade.

A crítica feminista contesta o entendimento presente nas relações de sexo/gênero e a posição subordinada que as mulheres ocupam em uma dada sociedade, em um dado momento de sua história, assim como na produção do conhecimento. Trata-se de uma luta para mudar/transformar essas relações e essa situação. Além disso, a crítica feminista também é resultado do processo de aproximação aos movimentos sociais (BANDEIRA, 2008).

Percebe-se, portanto, uma vinculação entre a produção acadêmica e a emergência dos movimentos feministas e de mulheres. Segundo Ana Alice Costa (2009), o feminismo, como movimento social, é um movimento essencialmente moderno que surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. Tal cenário mobilizou mulheres de muitos países da Europa, dos Estados Unidos e, depois, de alguns países da América Latina, tendo seu auge na luta sufragista.

O movimento feminista defende os interesses de gênero das mulheres, questionando os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos determinantes de gênero historicamente atribuídos às mulheres (ÁLVAREZ, 1990).

Após um período de relativa desmobilização, o feminismo ressurgiu, nos anos 1960, em torno da afirmação de que “o pessoal é político”. Esta expressão trouxe ao espaço da discussão política a opressão vivenciada por mulheres de maneira isolada e individualizada, quebrando a dicotomia público-privado (COSTA, 2009).

O público se constituiu como um espaço masculino por excelência, enquanto o privado – o espaço da casa – seria o espaço da mulher. A segunda metade do século XX experimentou transformações importantes nessa rígida divisão, principalmente, a partir da entrada forte da mulher no mercado de trabalho. A nova posição da mulher no mundo do trabalho ao lado das lutas do movimento feminista trouxe mudanças importantes na relação das mulheres com o mundo público e, certamente, alavancou muitas dessas lutas na segunda metade do século XX, inclusive, no âmbito das políticas públicas (PINTO, 2001).

Houve, portanto, uma redefinição do político frente ao deslocamento do campo do poder das instituições públicas e do Estado para a esfera do privado e do cotidiano (MATOS, 1997).

Ao trazer essas questões ditas privadas e domésticas para o âmbito público, o feminismo trouxe também a necessidade de criar novas condutas, práticas, conceitos e novas dinâmicas (COSTA, 2009). É sobre esses interesses que o pensamento feminista se apoiou, ao disseminar o conceito de gênero como um conhecimento situado, constituído nas relações históricas e sociais, nas relações desiguais de poder em que estiveram implicados mulheres e homens.

A categoria analítica de gênero, que será abordada no decorrer do texto, vem sendo instrumento de análise crítica no sentido não somente de entender a relevância das relações de gênero na organização da vida social, mas também de como afeta a extensão do conhecimento produzido pelas ciências, sendo importante nos projetos de desenvolvimento científico, institucional e sociopolítico (BANDEIRA, 2008).

1.2. O feminismo no Brasil a partir da década de 1970: um campo de luta política

Durante a década de 1970, os estudos sobre a mulher ganharam visibilidade e vincularam-se a movimentos sociais. O movimento feminista no Brasil iniciou-se nesse período como uma experiência histórica que enuncia genérica e abstratamente a emancipação feminina, e se elabora ao longo das décadas seguintes de atuação dentro de limites e possibilidades, dados pela referência a mulheres em contextos políticos, sociais, culturais e históricos específicos (SARTI, 2004). Assim, conforme afirma Cynthia Sarti (2004), a análise do feminismo requer a referência ao contexto de sua enunciação, que lhe dá significado.

Apesar de receber influências externas, em especial europeias e norte-americanas, o início do feminismo brasileiro foi marcado pela contestação à ordem política vigente no país, desde o golpe militar de 1964, com mulheres mostrando sua resistência à ditadura. Esse momento histórico social e político no qual se desenvolveu é uma das maneiras de pensar o legado desse movimento social, que marcou uma época, diferenciou gerações de mulheres e modificou formas de pensar e viver, no processo de luta de abertura política.

O feminismo brasileiro “causou impacto tanto no plano das instituições sociais e políticas, como nos costumes e hábitos cotidianos, ao ampliar definitivamente o espaço de atuação pública da mulher, com repercussões em toda a sociedade brasileira” (SARTI, 2004, p. 36). Esse fato deveu-se à contestação das relações de poder tanto no mundo naturalizado das relações entre homem e mulher, quanto em todos os setores da sociedade, numa articulação das relações de gênero à estrutura de classes, constituindo-se num movimento interclasse.

Nesse sentido, o feminismo brasileiro deparou-se com a questão de articular à sua base marxista a questão da subjetividade, introduzindo, por essa via, a psicanálise como sua referência.

Além da crítica à ordem política ditatorial, o movimento feminista representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. As questões ligadas ao feminismo, como a relação da mulher com o homem, a sexualidade, a instituição casamento e o significado e a vivência da maternidade, são experiências com fortes marcas culturais que passaram a ser questionadas (SARTI, 2004).

Sobre esse aspecto, Cynthia Sarti (2004, p. 40-41) afirma que,

[...] as questões propriamente feministas, as que se referiam à identidade de gênero, ganharam espaço quando se consolidou o processo de ‘abertura’ política no país em fins da década de 1970. Grande parte dos grupos declarou-se abertamente feminista e abriu-se espaço tanto para a reivindicação no plano das políticas públicas, quanto para o aprofundamento da reflexão sobre o lugar social da mulher, desnaturalizando-o definitivamente pela consolidação da noção de gênero como referência para a análise.

Vale ressaltar um episódio de extrema relevância à visibilidade do movimento feminista oficialmente declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Ano Internacional da Mulher, que ocorreu em 1975. O reconhecimento oficial pela ONU da questão da mulher como problema social favoreceu a formação de grupos políticos

de mulheres que passaram a existir abertamente, pois, antes disso, atuavam na clandestinidade.

Conforme sinalizou Cynthia Sarti (2004), parece ter havido um consenso em torno da existência de duas tendências principais dentro da corrente feminista do movimento de mulheres nos anos 1970 que sintetizaram o próprio movimento. A primeira, mais voltada para a atuação pública das mulheres, investia em sua organização política, concentrando-se principalmente nas questões relativas ao trabalho, ao direito, à saúde e à redistribuição de poder entre os sexos. A outra vertente preocupava-se com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, tendo no mundo privado seu campo privilegiado. Tais tendências se manifestaram principalmente através de grupos de estudos, de reflexão e de convivência nos movimentos sociais.

Nos anos 1980, o movimento de mulheres no Brasil era uma força política e social consolidada. As ideias feministas difundiram-se no cenário social do país. Houve significativa participação do movimento feminista em associações profissionais, partidos e sindicatos, legitimando a mulher como sujeito social particular. No fim da década de 1980, como saldo positivo de todo esse processo social, político e cultural, deu-se uma significativa alteração da condição da mulher na Constituição Federal de 1988, que extinguiu a tutela masculina na sociedade conjugal (SARTI, 2004).

No que se refere à participação política das mulheres nesse período, Celi Regina Pinto (2001, p.99) afirma que,

[...] esta participação tem tido resultados concretos que podem ser constatados através de uma série de indicadores tais como: a criação de um Conselho Nacional da Condição da Mulher em 1985, que teve atuação fundamental na segunda metade da década de 80, principalmente junto à Constituinte; a própria Constituição de 1988, que assegurou um conjunto importantíssimo de direitos às mulheres; a existência no âmbito do Ministério da Saúde do Plano de Saúde Integral da Mulher; a multiplicação pelo país de delegacias de polícia da mulher e conselhos estaduais e municipais. Simbólico de toda esta presença é o fato de o *site* do governo federal na Internet ter uma página específica para mulher (www.redegoverno.gov.br/mulhergoverno). A página traz informações sobre projetos no Congresso Nacional, notícias sobre programas em ministérios e notícias em geral, tudo se referindo aos direitos das mulheres.

No início dos anos 1990, multiplicaram-se as várias modalidades de organizações e identidades feministas. “A existência de muitos feminismos era amplamente reconhecida, assim como a diversidade de pontos de vista, enfoques, formas organizativas e prioridades estratégicas feministas nos anos noventa” (ÁLVAREZ, 1994, p. 278 *apud* COSTA, 2009).

Celi Regina Pinto (2001) ressaltou que os anos 1990 experimentaram um novo fenômeno nesse âmbito, que foi o da explosão das chamadas ONGs e que tem grande centralidade nessas novas formas de participação. As ONGs organizadas em torno de causas defendidas historicamente pelo movimento feminista ou movimentos de mulheres têm se tornado parceiras importantes em políticas públicas, havendo uma real participação política de mulheres na interlocução com o Estado.

Essa nova forma de participação parece ainda mais complexa do que a dos movimentos sociais, mas deve ser considerada para se traçar um quadro que se aproxime da complexidade dos mecanismos de participação política neste início de século e, particularmente, se o foco da análise for a participação política das mulheres.

Em síntese, a questão que se coloca é a de um novo padrão de participação política colocado pela presença dos movimentos sociais e posteriormente pelas ONGs (PINTO, 2001).

O feminismo brasileiro, e também o mundial, passou por diversas mudanças, e não mudou somente em relação àquele movimento sufragista, emancipacionista do século XIX, mudou também em relação aos anos 1960, 1970, até mesmo 1980 e 1990. Na verdade, vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas. No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz (COSTA, 2009).

Em resumo, conforme cita Ana Alice Costa (2009), o movimento feminista brasileiro enquanto “novo” movimento social, extrapolou os limites do seu *status* e do próprio conceito. Foi além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses. Interagiu com o Estado e manteve-se como movimento autônomo, por meio dos espaços conquistados nos: conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios, etc., elaborou e executou políticas. No que diz respeito ao movimento, reivindica, propõe, pressiona e monitora a atuação do Estado, com vistas a garantir o atendimento de suas demandas e acompanhar a forma como estão sendo atendidas.

Dentro do quadro geral até aqui descrito, é relevante frisar, como síntese, uma das principais bandeiras do feminismo: a luta contra a condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que revelam relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres.

1.3. O gênero enquanto categoria de análise

Nos primeiros tópicos, ficou evidente a relação direta que a categoria gênero mantém com o feminismo. Portanto, para incrementar ainda mais o debate, este item irá abordar referências teóricas importantes sobre o assunto.

A primeira questão a se levantar é saber qual a pertinência de se conhecer as definições, as relações e as fronteiras entre sexo (biologia) e gênero (cultura). O sexo é tradicionalmente considerado um dado da natureza biológica, que dicotomiza, que parte o gênero humano em duas categorias distintas – a de macho e a de fêmea, e que se circunscreve aos órgãos de reprodução sexuada. Nesse sentido, tratou-se o conceito de sexo sob o aspecto determinista-essencialista que, conseqüentemente, se reverteu ao plano ideológico, pois foi construído e representado no domínio da moral, da religião, do poder e da hierarquia, privilegiando o macho. A fêmea ficou restrita à relação de complementaridade, como sendo do domínio da heterossexualidade procriativa (BANDEIRA, 1999).

O pensamento ocidental *naturaliza* as mulheres ao mesmo tempo em que *culturaliza* os homens. Em razão do maior envolvimento do corpo feminino com a função reprodutiva, as mulheres são percebidas como sujeitos menos culturais do que os homens e, portanto, com menor capacidade de transcender sua natureza biológica do que eles. Em outras palavras, nos significados atribuídos à natureza e à cultura encontrou-se o modelo para tornar inteligíveis as diferenças sexuais e legitimar, as desigualdades entre mulheres e homens (SUAREZ, 2000).

Para Lourdes Bandeira (1999), essa forma de pensar se contrapõe ao conceito de gênero que *exige ou impõe* uma forma plural de pensar, acentuando que as representações sobre a ordem biológico-anatômica podem ser múltiplas e que diferem não apenas em cada sociedade, mas nos diversos momentos, ao se considerarem as diversidades étnicas, religiosas, raciais, de classe, que as constituem.

Como ressalta Lourdes Bandeira (1999), dois aspectos podem ser evidenciados: 1) a marca do pensamento essencialista ocidental (biológico e religioso)

na definição do que é ser homem e do que é ser mulher, como uma condição natural da natureza; e, 2) a exaltação do ser masculino, como referência paradigmática.

Portanto, cabe atentar para o processo de naturalização do elemento da dominação-exploração exercida pelos homens sobre as mulheres, cuja intensidade varia de sociedade para sociedade e de época para época (SAFFIOTI, 1992). “Ao contrário do que muitos pensam, esta “marca” traduz-se fortemente na vida cotidiana, no plano dos valores e ainda é, com diferentes matizes e graus de intensidade, universalizada” (BANDEIRA, 1999, p.183).

Na sociedade brasileira a definição de sexo feminino é, ainda, tradicionalmente referida à condição biológica e associada à esfera familiar da reprodução e, portanto, à maternidade; a do sexo masculino, por sua vez, tem sua identidade assentada nas atividades da esfera pública, concentradora de valores culturais e materiais, o que faz do homem o provedor e o protetor da família. Percebe-se com isso como as posições e os significados são desiguais e o quanto a designação biológica se mostra insuficiente e precária como classificadora da mulher-feminino e do homem-masculino, nos seus atributos históricos e socioculturais (BANDEIRA, 1999).

Nesse contexto, a categoria gênero, criada na segunda metade do século XX, surgiu com o propósito de evidenciar a opressão feminina e o caráter de construção histórica e social da desigualdade entre homens e mulheres, contrapondo-se ao determinismo biológico como explicação para as relações que são estabelecidas entre os sexos (BANDEIRA; SIQUEIRA, 1997). Como afirmou Joan Scott (1990), o uso do gênero coloca a ênfase sobre todo o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade.

Trata-se de uma categoria criada no âmbito do pensamento feminista que, como evidenciou Lourdes Bandeira e Deis Siqueira (1997), introduz uma nova ética na produção de conhecimento que reflete e questiona a condição de subordinação vivenciada pelas mulheres e propõe um saber crítico sobre as formas de dominação entre os sexos.

O conceito de gênero agrega em uma única palavra um conjunto de fenômenos sociais, históricos, políticos, econômicos e psicológicos. Esse responde às características de pertencimento dos seres humanos a um ou outro sexo. Refere-se a relações culturais e de poder que, inicialmente, foram focadas entre homens e mulheres e que passaram a se estender a distintos grupos sociais. Faz referência

também às relações sociais que estruturam toda cena social, pois perpassa e funda toda a gama de estruturas, identidades sociais e de subjetividades individuais (ALMEIDA; BANDEIRA; KÜCHEMANN, 2011).

De acordo com Mireya Suarez (2000), a palavra *gênero* vem sendo utilizada com o propósito de desfazer ou desconstruir a ligação entre as mulheres e a natureza e, assim, viabilizar simbolicamente a equidade entre mulheres e homens. No entanto, *gênero* também é um conceito de grande utilidade para delimitar objetos de pesquisa e analisar as mais diversas situações sociais, isto é, além de ser um instrumento desconstrutivo, gênero é um conceito acionado para distinguir e descrever categorias sociais — uso empírico — e para explicar as relações que se estabelecem entre elas — uso analítico. Usada empírica ou analiticamente, *gênero* é principalmente uma palavra politizada², uma ferramenta desconstrutiva, um instrumento para produzir efeitos na sociedade.

A categoria gênero faz a crítica ao essencialismo, procurando desnaturalizar a condição feminina. Assim, o uso mais forte da palavra *gênero* é desconstrutivo, no sentido de servir para quebrar a ideia de que ser mulher é uma condição essencial, dada pela natureza. A distinção entre a natureza e a cultura não pode ser considerada universal, pois, é importante notar que, embora culturalizada, a masculinidade também tem fixidez, revelando que o essencialismo está presente na dicotomia como um todo e não apenas nos campos referentes à natureza e ao feminino (SUAREZ, 2000).

A expressão “relações de gênero” destaca o uso analítico do conceito. Incorpora-se o conceito relacional de gênero que pressupõe que atributos masculinos e femininos devam ser definidos um em relação ao outro, considerados em sua historicidade. A categoria relacional de gênero como categoria analítica possui densidade conceitual que tem sido fundamental não apenas para uma nova/outra prática de produzir ciência, mas, sobretudo, para as transformações das estruturas sociais (BANDEIRA, 2008). Mesmo não se dando de forma homogênea, é no marco desses estudos feministas que a desigualdade é situada como não sendo natural e sim como socialmente construída e ancorada nas dimensões histórico-culturais e políticas (BANDEIRA; SIQUEIRA, 1997).

² O significado da palavra *gênero* tornou-se politicamente forte somente depois de passar a designar a construção social da feminilidade e da masculinidade (SUAREZ, 2000).

Sobre este ponto, Heleieth Saffioti (1992, p.187) afirmou que o conceito de gênero, enquanto fenômeno relacional, categoria analítica e processo social, “deve ser capaz de captar a trama de relações sociais, bem como as transformações historicamente sofridas por ela através dos mais distintos processos sociais”. Os indivíduos são transformados em homens e mulheres através das relações de gênero, ou seja, o tornar-se homem e o tornar-se mulher constituem obra das relações de gênero.

Vale ressaltar as considerações de Mireya Suarez (2000) quando afirma que os usos empírico e analítico do conceito de gênero não são de forma alguma antagônicos. O uso empírico encontra seu limite na simples constatação das diferenças e desigualdades, sendo por si só insuficiente. Por isso há a necessidade da abordagem analítica – que pressupõe o conhecimento empírico – a qual tem maiores possibilidades de sinalizar o caminho da empiria. Sendo relacional, consegue detectar os princípios legais, tradicionais, ideológicos que fundamentam as desigualdades de gênero.

De acordo com Joan Scott (1990), historiadoras/es feministas utilizaram toda uma série de abordagens na análise do gênero, mas estas podem ser resumidas em três posições teóricas. A primeira, um esforço inteiramente feminista para explicar as origens do patriarcado, mostrando a “necessidade” de o macho dominar as mulheres.

A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas, ou seja, numa abordagem mais histórica, as feministas dessa linha teórica impõem a exigência de encontrar uma explicação “material” para o gênero; afirmando que os sistemas econômicos e os sistemas de gênero interagem para produzir as estruturas socioeconômicas de dominação masculina de uma ordem social particular.

A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Diante do exposto, o uso do conceito de gênero, quando pensado em sua historicidade, implica considerar além das relações entre os sexos, as relações de poder e hierarquia, pensando na forma de como as diferenças entre os sexos estruturam as desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Nesse sentido, Joan Scott (1990) assinalou a necessidade de se pensar o gênero enquanto categoria de análise para se compreender como ele funciona nas relações sociais humanas e como dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico. Além disso, esta autora definiu o gênero como um modo primeiro de significar as relações de poder, constituindo uma dimensão decisiva da organização da igualdade e desigualdade, isso é, “as relações de poder exprimem-se primordialmente através das relações de gênero” (SAFFIOTI, 1992, p. 197).

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição homem/mulher e fundamenta ao mesmo tempo o seu sentido. Dessa forma, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se, ambos, partes do sentido do próprio poder, ou seja, as significações de gênero e poder constroem-se reciprocamente (SCOTT, 1990).

Na discussão sobre o poder, Heleieth Saffioti (2004) defendeu o uso do conceito de patriarcado, pois esse representa um tipo hierárquico de relação que está presente em todos os espaços sociais. O patriarcado diz respeito a uma estrutura de poder que se corporifica nas relações de gênero que se conformam de maneiras desiguais e hierárquicas. A ordem patriarcal de gênero admite, portanto, a dominação e a exploração das mulheres pelos homens.

Dentro do binômio dominação-exploração das mulheres, os dois polos da relação possuem poder, porém, de forma desigual. A pequena parcela de poder que cabe ao sexo feminino, dentro de uma relação de subordinação, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios de resistência. Exemplo disso é a força que o movimento feminista e de mulheres adquiriu nos últimos anos.

A sociedade é perpassada não apenas por discriminações de gênero, como também de raça, etnia, classe social e orientação sexual. Nesse sentido, Heleieth Saffioti (2004) acrescentou que a grande contradição da sociedade atual é composta pela simbiose entre patriarcado, racismo e capitalismo. Esses eixos estão presentes na estrutura social, onde ocorrem todas as relações sociais. Nas palavras desta autora,

o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista, [...] ele é também um sistema de exploração. Enquanto a dominação pode, para efeitos de análise, ser situada essencialmente nos campos político e ideológico, a exploração diz respeito diretamente ao terreno econômico (SAFFIOTI, 1987).

Para Heleieth Saffioti (2004), não há separação entre dominação patriarcal e exploração capitalista. O capitalismo, impregnado pela ideologia patriarcal, alimenta o sistema de opressão que subjuga as mulheres, principalmente devido ao reforço do sistema econômico. O direito patriarcal perpassa a sociedade civil e o Estado, ou seja, em toda a esfera social está presente a oposição binária entre homens e mulheres. Diante disso, a ideologia patriarcal continua bastante enraizada no imaginário coletivo.

Ainda sobre o poder, merece destaque o princípio da masculinidade que está baseado na repressão dos aspectos femininos e introduz a oposição entre o masculino e o feminino. Nessa perspectiva, Daniel Welzer-Lang (2001) explorou a profundidade heurística das relações sociais entre os sexos, fundamentando como se constroem e fortalecem a identidade e a dominação masculina.

Para este autor, a dominação masculina se dá por meio de um duplo paradigma naturalista: 1) a pseudo natureza superior dos homens, que remete à dominação masculina, ao sexismo e às fronteiras rígidas e intransponíveis entre os gêneros masculino e feminino; e, 2) a visão heterossexuada do mundo na qual a sexualidade considerada como “normal” e “natural” está limitada às relações sexuais entre homens e mulheres.

O duplo paradigma naturalista que define, por um lado, a superioridade masculina sobre as mulheres e, por outro, normatiza o que deve ser a sexualidade masculina produz uma norma política andro-heterocentrada e homofóbica que nos diz o que deve ser o verdadeiro homem, o homem normal. Este homem viril na representação pessoal e em suas práticas, logo não afeminado, ativo, dominante, pode aspirar os privilégios do gênero (WELZER-LANG, 2001, p. 468).

Welzer-Lang (2001) afirmou que a dominação masculina se tornou hoje uma evidência. Os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres e exercem seu poder sobre elas. Esta dominação se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos.

Em outras palavras, a opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens. É o meio material, cultural e simbólico que atribui aos homens e ao masculino as funções nobres e, às mulheres e ao feminino as tarefas e funções de pouco valor. Constatou, também, que esta cosmogonia baseada sobre o gênero mantém-se e é regulado por violências múltiplas e variadas que tendem a

preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente aos homens à custa das mulheres.

Conforme apontou o autor, “[...] surge um consenso para designar a divisão entre dois grupos (ou classes) de sexo, em gêneros, como fundadora da dominação masculina” (WELZER-LANG, 2001, p.461). Para sustentar esta afirmação, Welzer-Lang (2001) defendeu a ideia de que esta análise deve se articular com outras relações sociais, em especial as divisões hierárquicas ligadas às classes sociais, aos grupos étnicos, à idade, etc.

Construída socialmente, a dominação é apresentada como óbvia, como algo natural, que está dado e integrado à divisão social e hierárquica por sexo. Desde cedo, as crianças do sexo masculino passam a deixar, de certo modo, o mundo das mulheres e passam a viver uma fase de homossociabilidade, convivendo com outros garotos e aprendendo a construir o masculino. É o que Welzer-Lang (2001) denomina de *casa dos homens*. Nesse contexto, como rito de passagem, iniciam suas primeiras aprendizagens para obter o *status* de homem, aceitando as regras e hierarquias que devem seguir para saber ser homem.

Para os homens, como para as mulheres, a educação se faz por mimetismo. Ora, o mimetismo dos homens é um mimetismo de violências. De violência inicialmente contra si mesmo. A guerra que os homens empreendem em seus próprios corpos é inicialmente uma guerra contra eles mesmos. Depois, numa segunda etapa, é uma guerra com os outros (WELZER-LANG, 2001, p. 463).

A partir dessa afirmação, fica evidente que esse processo de aprendizagem pelo qual passam os indivíduos do sexo masculino se dá por meio de sofrimentos psíquicos e físicos, nos quais é socialmente legitimado que para ser um *verdadeiro homem*, deve-se aprender a aceitar o sofrimento e conter fortemente suas emoções.

“Homem que é homem não chora!” – essa é, por exemplo, uma expressão comumente usada como forma de reprimir qualquer característica que possa mostrar fragilidade, vulnerabilidade de uma pessoa do sexo masculino, ou seja, o choro é visto como sinal de fraqueza associado à feminilidade. “Para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher” (WELZER-LANG, 2001, p.465). Dito em outras palavras, é um exemplo de como as ideologias masculinas e os padrões de masculinidade se fazem presentes nos modos como se configuram as relações interpessoais e sociais na contemporaneidade.

Em consonância com as ideias de Welzer-Lang, Maria Helena Fávero (2010) nos chama a atenção para a masculinização da emoção, isto é, a valorização da razão

no manejo da emoção. As concepções sobre emoção são significativas para o indivíduo na aquisição de um *self* gendrado, definindo o que seja ser masculino e ser feminino.

O paradigma naturalista da dominação masculina divide homens e mulheres em grupos hierárquicos, dá privilégios aos homens à custa das mulheres. A socialização masculina faz com que os homens que aceitam o código da virilidade tenham ou possam ter poder sobre as mulheres (WELZER-LANG, 2001). Em resumo, e ainda de acordo com Maria Helena Fávero (2010), a socialização de homens e mulheres apresenta dois focos principais: 1) a heterossexualidade; e, 2) a manutenção dos papéis tradicionais de gênero.

A partir dessas considerações, percebe-se a necessidade de criação de uma nova ontologia, não mais aquela pautada pelo pensamento ocidental de oposição entre o *eu* e o *outro*. A nova ontologia, uma ontologia feminista, leva em conta a relação *eu-outro*. Nessa ótica, cada ser humano é a história de suas relações sociais. O êxito das relações do *eu* pode ser pensado na capacidade de considerar o *outro* como uma totalidade orgânica de relações. Essa lógica ontológico-relacional deve ser parte integrante de uma maneira feminista de fazer ciência.

No entanto, a ótica de oposição entre o *eu* e o *outro* ainda é prevalecente na ordem capitalista e patriarcal, condicionando lutas do *eu* para dominar e/ou anular o *outro* (SAFFIOTI, 1992). Com isso, verifica-se que essa tendência de dominação do outro pode acarretar diversas consequências, dentre elas, a violência.

1.4. Violência: concepções e abordagens

No Novo dicionário Etimológico de Língua Portuguesa³, o significado de violência é assim definido:

Violência. s.f (Lat. Violentia (m))- Qualidade de violento; ação ou resultado da ação de violentar ou violentar-se; ímpeto veemente nas ações; força com que se pretende obrigar uma pessoa a fazer aquilo que ela não quer; ato violento; abuso da força e do poder; opressão; grande impulso; veemência, impetuosidade; coação; constrangimento.

³ FONTINHA, Rodrigo. Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa. Porto: Domingos Barreira, s/d.

Portanto, e tendo como base as ideias de Maria Amélia Teles e Mônica Melo (2003), violência, em seu significado mais frequente, quer dizer uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar outra pessoa a fazer algo que não está com vontade; é constranger, é tolher a liberdade, é incomodar, é impedir a outra pessoa de manifestar seu desejo e sua vontade, sob pena de viver gravemente ameaçada ou até mesmo ser espancada, lesionada ou morta. É um meio de coagir, de submeter outrem ao seu domínio, é uma violação dos direitos essenciais do ser humano.

Pode ser compreendida como uma forma de restringir a liberdade de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, reprimindo e ofendendo física ou moralmente (TELES; MELO, 2003).

Para Adolfo Vázquez (2007, p.372),

[...] a violência se manifesta onde o natural ou o humano [...] resiste ao homem. Verifica-se justamente em uma atividade humana que detém, desvia e finalmente altera uma legalidade natural ou social. Nesse sentido, a violência é exclusiva do homem, na medida em que ele é o único ser que, para manter-se em sua legalidade própria, necessita violar ou violentar constantemente uma legalidade exterior.

A violência é um fenômeno eminentemente histórico, pois se constitui no curso dos modos de organização social e técnica do trabalho e da produção, das formas de sociabilidade e dos jogos de forças sociais (IANNI, 2002). Enquanto fenômeno social deve ser analisada como um *filtro* que permite esclarecer aspectos do mundo social, porque denota as características do grupo social e revela o seu significado no contexto das relações sociais (GULLO, 1998).

A violência é inerente às relações sociais e varia de acordo com a particularidade dessas relações em diferentes grupos e sociedades historicamente considerados. Assim, deve-se tomar como ponto de partida suas singularidades e seus modos específicos de manifestação em cada sistema com seus valores, ideologias e configurações que se combinam concretamente em situações históricas particulares (GULLO, 1998).

As sociedades nacionais contemporâneas e a sociedade global em formação na transição do século XX ao século XXI tornaram-se um vasto cenário de violência. A violência revela o visível e o invisível, o objetivo e o subjetivo, no que se refere ao social, econômico, político e cultural, compreendendo o individual e o coletivo, a biografia e a história (IANNI, 2002).

Para Octávio Ianni (2002), no curso dos tempos modernos, são muitas, novas e renovadas as formas e as técnicas de violência que entram direta e indiretamente no jogo das forças sociais e na dinâmica das formas de sociabilidade que se desenvolvem com o capitalismo, visto como modo de produção e processo civilizatório. Assim, à medida que se desenvolvem as forças produtivas e as relações de produção próprias do capitalismo, desenvolvem-se as diversidades e as desigualdades, as formas de alienação, as técnicas de dominação e as lutas pela emancipação. Aprofundam-se, generalizam-se e multiplicam-se as contradições sociais.

Da mesma forma, à medida que se desenvolvem a ciência e a técnica, em seus usos crescentemente político-econômicos e socioculturais, desenvolvem-se as formas e as técnicas de violência. A violência, então, parece algo intrínseco ao modo pelo qual se organiza e se desenvolve a sociedade moderna, seja ela nacional ou mundial. Em outras palavras, a violência é estrutural e inerente aos sistemas patriarcal e capitalista (IANNI, 2002).

Nesse cenário, verifica-se que existem vários tipos de violência, e o foco da presente pesquisa é a violência contra a mulher, expressão trazida à tona pelo movimento feminista nos anos 1970, por ser praticada contra pessoa do sexo feminino, apenas e simplesmente pela sua condição de mulher (TELES; MELO, 2003). Assim, abordar a violência contra a mulher pressupõe o entendimento de gênero como elemento constitutivo das relações sociais; e que essa é uma prática construída no processo de socialização, e não como característica nata.

A respeito dessa discussão, vale destacar o uso da expressão *violência de gênero*. Embora muitas vezes vista como sinônimo de violência contra a mulher, aquela violência possui particularidades e especificidades em relação a esta última. Surgida no bojo do movimento feminista, a violência de gênero, conforme apresentou Heleieth Saffioti (1999), pode abarcar qualquer forma de violência que se dê no âmbito de relações entre homens e mulheres, homem-homem e mulher-mulher. É o que Kaufman (1987), autor dedicado ao estudo de masculinidade, denominou de “tríade da violência” que reflete a violência cotidiana de uma sociedade, de classes hierárquicas e, portanto, autoritária, sexista, classista, militarista, racista e impessoal.

A violência de gênero é um conceito que visa a preservar a organização social do gênero, fundada na hierarquia e desigualdade. Engloba a violência contra as

mulheres, todavia, não se limita a ela. O que ocorre é que a violência contra as mulheres é uma das expressões da violência de gênero.

Feita esta diferenciação resumida entre os dois conceitos, as ideias de Heleieth Saffioti (2004) mostram-se importantes para endossar ainda mais o que tem sido produzido no âmbito dos estudos feministas sobre violência contra as mulheres. Utilizando conceitos imbricados de paradoxos, tais como gênero, patriarcado, poder, raça/etnia e a relação exploração-dominação, a autora se propôs a abrir novas perspectivas para o entendimento da violência contra as mulheres.

Conforme já explicitado anteriormente, para Heleieth Saffioti (2004), é sob a ordem patriarcal de gênero que devem ser feitas as análises sobre a violência contra as mulheres. Como vivemos em uma sociedade patriarcal, acabamos mantendo as premissas que a fundamentam. Nesse sentido, existe uma forte banalização da violência, inclusive há tolerância e até um certo incentivo da sociedade para que os homens possam exercer sua virilidade baseada na força/dominação na organização social de gênero. Dessa forma, é “normal e natural que os homens maltratem suas mulheres, assim como que pais e mães maltratem seus filhos, ratificando, deste modo, a pedagogia da violência” (SAFFIOTI, 2004, p.74). Ou seja, o poder de mando do patriarca é auxiliado pelo uso da violência para poder exercer seu domínio.

O consentimento social para a conversão da agressividade masculina em agressão contra as mulheres não é um fator que prejudica apenas as vítimas, mas também seus agressores e toda a teia social que convive ou é forçada, por inúmeros motivos, a suportar tal sujeição (SAFFIOTI, 2004).

No tocante à maneira como se configuram as relações violentas, Maria Filomena Gregori (1993) afirmou que a violência é construída na relação, ou seja, desconstrói a ideia de vitimização da mulher, discordando da polaridade vítima/algoz. O que a autora quer afirmar é que homens e mulheres possuem papel ativo nas relações violentas, ou seja, a violência não é unilateral; existe um caráter relacional da violência entre homens e mulheres, baseada na relação entre sujeitos ativos que tem o poder de escolha e mudança.

A violência contra a mulher, de acordo com Maria Amélia Teles e Mônica Melo (2003), está de tal forma arraigada na cultura humana que se dá de forma cíclica, como um processo regular com fases bem definidas: tensão relacional, violência aberta, arrependimento e lua de mel.

A tensão relacional são as injúrias, difamações e ameaças feitas pelo agressor no cotidiano da relação, criando uma sensação de perigo eminente. As tensões relacionais se acumulam e tornam-se frequentes até chegar ao seu estopim: a violência aberta. Neste período, o ofensor agride física e psicologicamente sua companheira. Depois do “boom” do ato violento, a fase seguinte é a do arrependimento, na qual o agressor desculpa-se pelas agressões que cometeu e promete mudança, criando na relação a fase de lua de mel, já que os conflitos cessam temporariamente. No entanto, as divergências na relação voltam aos poucos, de maneira geralmente crescente, dando continuidade ao ciclo.

Para que a o ciclo de violência possa ser interrompido é necessário que algumas medidas sejam tomadas e, nesse sentido, merece destaque o papel que o Estado pode desempenhar na erradicação, coibição, punição e prevenção da violência contra a mulher, que será mostrado no decorrer deste estudo.

CAPÍTULO 2: VIOLÊNCIA DE GÊNERO, VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER E LEI MARIA DA PENHA

Conforme já explicitado no Capítulo 1, a violência de gênero, especialmente aquela dirigida à mulher, constitui-se em um campo teórico, metodológico e político fundado a partir das reivindicações do movimento feminista internacional e brasileiro. Este capítulo apresenta considerações teóricas sobre algumas produções importantes nessa área, dando especial enfoque ao contexto nacional, sobretudo, a partir da Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que está voltada à erradicação, coibição, punição e prevenção da violência contra a mulher.

2.1. Violência de gênero: um campo teórico e de investigação

As relações de gênero fazem parte do cotidiano das pessoas e ocorrem em todas as instâncias e em todos os níveis sociais. Assim, o fenômeno da violência de gênero também é transversal à sociedade, ignorando fronteiras de classe social e de raça/etnia (SAFFIOTI, 1994).

Em consonância com as ideias de Teresa Lisboa (2014), parte-se do pressuposto de que a violência é inseparável da noção de gênero porque se baseia e é praticada na e pela diferença social entre mulheres e homens. Desse modo, incluir a noção de gênero em uma definição de violência é imprescindível, pois, segundo Célia Amorós (1995), o gênero constitui a construção da hierarquização patriarcal. A desigualdade entre homens e mulheres é a chave da discriminação sexista e a origem de toda a violência de gênero.

As contribuições de Lia Machado (1998) são pertinentes nesse debate, pois ela parte da comparação entre as violências dirigidas preferencialmente aos homens e aquelas dirigidas às mulheres. Sua indagação é sobre os *gêneros da violência*, entendendo que as distintas modalidades de violência obedecem e se diferenciam por construções distintas de gênero. Partindo-se do pressuposto de que as relações de gênero fazem parte da centralidade do exercício da violência, esta autora afirma que se pode falar de violências de gênero. “Assim, o gênero de quem mata e o gênero de quem morre, não são indiferentes em relação ao ato e à modalidade da violência. E o

gênero e a violência têm idade, também construída social e culturalmente” (MACHADO, 1998, p.4).

A especificidade da violência de gênero no quadro dos conflitos interpessoais é de tal ordem que Lia Machado (1998) a chama de *violência interpessoal de gênero*, pois ela tem como centralidade de significado os conflitos de identidade de gênero, quer sejam eles entre homens e homens, mulheres e mulheres, homens e mulheres, quer sejam os conflitos de gênero, não só dos heterossexuais, mas também dos homossexuais e dos bissexuais.

Assim, embora se dê de forma desigual, homens e mulheres detêm parcelas de poder. As mulheres também fazem uso da violência, mesmo que seja em parcela menor. A violência de gênero engloba as diferentes formas de violência praticadas no âmbito das relações de gênero (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004).

O sentido de gênero da violência interpessoal entre os homens fica mais claro quando se pensa no significado da rivalidade e do desafio. Lia Machado (1998, p.13) chama atenção para o profundo enraizamento entre a construção simbólica do masculino e a modalidade da violência entre homens: “a violência brasileira masculina faz lembrar os padrões mediterrâneos da construção simbólica masculina, em torno do desafio da honra, da disputa entre homens e do controle das mulheres”.

A escolha do uso da modalidade *violência de gênero* pressupõe o entendimento de que as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais interpessoais que possuem cenários históricos e sociais que variam ao longo do tempo. Para Susana Velázquez (2006), a violência de gênero engloba várias formas de violência: violência doméstica, violência contra a mulher, violência familiar ou intrafamiliar, violência conjugal, violência sexual (no interior da família e em diferentes âmbitos da comunidade), violência psicológica, patrimonial, tráfico de mulheres e de meninas para fins de prostituição, entre outros exemplos.

A partir dos estudos feministas, as diferentes formas de violência passam a ser publicizadas e evidenciadas, o que permite afirmar que todas as formas de violência exercidas contra mulheres “compartem alguns elementos básicos que caracterizam a violência de gênero: a coerção, a intimidação, a ameaça, a coação, o abuso, a força, o controle e o poder” (VELÁZQUEZ, 2006, p. 224 *apud* LISBOA, 2014).

A partir dessas considerações, Lisboa (2014) amplia a definição de violência de gênero com base em Susana Velázquez (2006, p. 29), para a qual: “violência de gênero abarca todos os atos mediante os quais se discrimina, ignora, submete ou

subordina as mulheres nos diferentes aspectos de sua existência. É todo ataque material ou simbólico que afeta sua liberdade, segurança, intimidade e integridade moral e/ou física”.

Concorda-se com Heleieth Saffioti (2004 *apud* ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004), quando esta autora afirma que *violência de gênero* é um conceito mais amplo que o de *violência contra a mulher*, pois abrange não apenas as mulheres, mas também crianças e adolescentes, alvos da violência masculina que, no Brasil, é constitutivo das relações de gênero. Nesse sentido, a ordem patriarcal é vista como um fator preponderante na produção da violência de gênero, uma vez que legitima a dominação masculina internalizada por homens e mulheres.

Portanto, embora o homem seja o maior agressor nas situações de violência, não se pode universalizar este fenômeno, a ponto de considerar a *violência de gênero* como sinônimo de *violência contra a mulher*. “Embora a dominação masculina seja um privilégio que a sociedade patriarcal concede aos homens, nem todos os homens o utilizam da mesma maneira, assim como nem todas as mulheres se submetem igualmente a essa dominação” (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004, p.20).

Feita essa diferenciação de conceitos, o próximo tópico irá centralizar-se no objeto de análise deste estudo que é a *violência contra a mulher* praticada pelo homem enquanto principal expressão da *violência de gênero*.

2.2. Violência contra a mulher: um fenômeno social complexo, persistente e multifacetado

Entendendo-a como uma das modalidades das violências de gênero, Lia Machado (1998) afirmou que a *violência contra a mulher* foi a expressão que conseguiu nomear o inominado do segredo da violência doméstica e da violência sexual que têm um sentido tendencialmente dirigido dos homens sobre as mulheres.

No Brasil, a literatura sobre violência contra as mulheres tem suas origens no início dos anos 80, constituindo uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas no Brasil. Esses estudos são frutos das mudanças sociais e políticas no país, acompanhando o desenvolvimento do movimento de mulheres e o processo de redemocratização. Nesse período, um dos principais objetivos do movimento é dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la mediante intervenções sociais, psicológicas e jurídicas. Uma de suas conquistas mais importantes são as

delegacias da mulher, as quais ainda hoje se constituem na principal política pública de combate à violência contra as mulheres e à impunidade (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Assim, a atuação e reivindicação da militância feminista e dos movimentos sociais criaram condições históricas, políticas e culturais necessárias ao reconhecimento da gravidade da questão a demandar políticas públicas de combate à violência contra a mulher (ALMEIDA; BANDEIRA, 2014). Antes disso, mulheres morriam em silêncio por se tratar ou de uma questão de “honra” masculina ou de uma questão da ordem privada, da ordem do silêncio e do segredo (MACHADO, 1998).

Os estudos feministas sobre a violência de gênero consideram que a violência contra a mulher tem como um de seus pilares o patriarcado e a dominação simbólica masculina – conceitos que trazem consigo significados e desdobramentos importantes para se compreender os ordenamentos das relações interpessoais de gênero (ALMEIDA; BANDEIRA, 2014). Nessa ótica, a violência se converte em uma ferramenta de poder e controle social para manter e perpetuar os interesses dos homens frente aos das mulheres (LISBOA, 2014). Porém, não são somente esses dois elementos que compõem a dinâmica da violência.

Entre os trabalhos que vieram a se constituir como referências aos estudos dessa temática, Cecília Santos e Wânia Izumino (2005) identificaram três correntes teóricas: a primeira, que denominaram de *dominação masculina*, define violência contra as mulheres como expressão de dominação da mulher pelo homem, resultando na anulação da autonomia da mulher, concebida tanto como “vítima” quanto “cúmplice” da dominação masculina; a segunda corrente, que chamaram de *dominação patriarcal*, é influenciada pela perspectiva feminista e marxista, compreendendo violência como expressão do patriarcado, em que a mulher é vista como sujeito social autônomo, porém historicamente vitimada pelo controle social masculino; a terceira corrente, que nomearam de *relacional*, relativiza as noções de dominação masculina e vitimização feminina, concebendo violência como uma forma de comunicação e um jogo do qual a mulher não é “vítima” senão “cúmplice”.

Concorda-se, também, com Cecília Santos e Wânia Izumino (2005) quando afirmaram que apenas a noção de dominação patriarcal é insuficiente para dar conta das mudanças que vêm ocorrendo nos diferentes papéis que as mulheres em situação de violência têm assumido. Assim, é necessária, da mesma forma, uma abordagem da violência contra as mulheres como uma relação de poder, entendendo o poder não

de forma absoluta e estática, exercido via de regra pelo homem sobre a mulher, como sugere a abordagem da dominação patriarcal; mas entendida de maneira dinâmica e relacional, exercido tanto por homens como por mulheres, ainda que de forma desigual.

As relações amorosas permeadas de violências mobilizam e são mobilizadas por construções de gênero enraizadas no masculino e no feminino. Não se pode pensar a violência como uma via de mão única, mas como uma relação multifacetada. Construída na relação, o exercício da violência se trata de um importante meio de controle social, cuja função precípua consiste na domesticação das mulheres (SAFFIOTI, 1994). Segundo Maria Filomena Gregori (1993, p. 134), é preciso considerar que “os relacionamentos conjugais são de parceria e que a violência pode ser também uma forma de comunicação, ainda que perversa, entre parceiros”, na qual homens e mulheres conferem significados às suas práticas.

Constitui-se então, em um fenômeno social complexo, persistente e multifacetado, no qual devem ser consideradas suas determinações, as tramas socioculturais, econômicas e políticas que o circunscrevem, bem como as condições materiais de quem está inserido na relação violenta e as ações pouco eficazes do aparato estatal e jurídico-normativo (BRANDÃO, 2004).

As ações violentas incidem sobre a mulher, sejam estas físicas, sexuais, psicológicas, morais ou patrimoniais, tanto em âmbito privado-familiar, como nos espaços públicos e de trabalho. Daí a importância em se ter um olhar à expressiva concentração que este tipo de violência tem sobre corpos femininos, levando-se em consideração que são relações violentas aquelas em que há assimetria de poder entre os gêneros (ALMEIDA; BANDEIRA, 2014).

A violência masculina contra a mulher integra a organização social de gênero vigente na sociedade brasileira. Socialmente falando, o saldo negativo da violência de gênero é tremendamente mais negativo para a mulher que para o homem (SAFFIOTI, 1994). Isto é, na relação entre os gêneros, o feminino é morto pelo e em nome do masculino (MACHADO, 1998).

Além dos crimes em nome da honra, diversas outras razões passaram a justificar a persistência da violência contra a mulher, centrando-se na argumentação de que a mulher não está cumprindo bem seus papéis de mãe, dona de casa e esposa, por estar voltada ao trabalho, estudo ou redes sociais.

Pela recorrência de atos de violência, nota-se que a ordem tradicional se ressignifica constantemente reproduzindo e remodelando padrões e valores sexistas. Em outras palavras, as antigas estruturas regem e ordenam as hierarquias e papéis femininos e masculinos (ALMEIDA; BANDEIRA, 2014).

Para Lia Machado (1998), culturalmente, a violência física, quer seja entendida como disciplinar ou como demonstração de poder, parece ser “atributo preferencial masculino”, em que os homicídios parecem ser o ponto final de uma escalada da violência física. A agressão física da mulher contra o homem só se faz em nome de uma reação, pois a agressão física feminina contra o homem não se articula simbolicamente com qualquer legitimidade disciplinar.

Esta pode ser vista em relação aos filhos, onde a agressão física feminina aparece com gesto e ato disciplinador. A forma de legitimidade disciplinar da mulher em relação ao companheiro é a forma verbal, que se situa liminarmente entre a “queixa” e o “ralhar” disciplinar da função materna. Assim, quando se instaura a agressão física de mulheres contra seus companheiros, seus atos só ganham inteligibilidade cultural enquanto reação à violência masculina (MACHADO, 1998).

Uma das indagações mais intrigantes acerca da violência contra as mulheres diz respeito aos fatores que as levam a permanecer numa relação conjugal violenta. Os motivos alegados para justificar a violência praticada pelo homem contra a mulher são os mais variados. Algumas variáveis são consideradas propiciadoras da violência, como o alcoolismo, o uso abusivo de drogas, os distúrbios mentais, o desemprego etc., mas o fator preponderante é a ordem patriarcal que legitima o poder e a dominação dos homens sobre as mulheres (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004).

Lia Machado (1998, p.14) também faz considerações pertinentes ao fazer-se esse questionamento:

Controle, desejo de ter, desejo de não perder, desejo de que as mulheres nada queiram a não ser eles mesmos, são as pílulas de que nos falam os homens agressores...

Mas o que faz com que as mulheres se enredem nessas difíceis relações amorosas? O desejo de se verem reconhecidas pelo olhar masculino, o único que as espelha, já que elas não se veem nos seus próprios espelhos? Seria o desejo de ser desejada tão mais importante que o desejo de desejar? Ficaria ela presa à fala do homem amado, pois só ele faz dela alguém que é? Por que põe ela nele, o olhar e a fala que ditam e vigiam a lei que a submete? Por que ela contesta, denuncia a violência, queixa-se de seu poder, mas sempre espera que ele afinal lhe dê razão? Por que ela se fascina pela tarefa de “mudar o companheiro”? Por que ela se fascina por este amor que não se deveria querer...?

Segundo Lia Machado (1998), dois mundos simbólicos parecem dividir as expectativas das mulheres com relação a seus companheiros. De um lado, a igualdade de direitos, de outro, a construção de um parceiro amoroso que seja protetor e que pareça deter o poder mágico de dar-lhe o seu autorreconhecimento. “Por paradoxal que isto pareça, a violência alimenta um bom número de relações amorosas” (SAFFIOTI, 1994, p. 452). Nesse sentido, é importante dar visibilidade aos motivos para a permanência de mulheres em situações violentas na dinâmica conjugal e familiar.

Compreender a dificuldade de rompimento das mulheres com a situação de violência é um processo complexo pela quantidade de fatores que estão imbricados em uma relação. Inicialmente, é fundamental levar em consideração as construções culturais das masculinidades e das feminilidades e desconstruir ideias pré-concebidas como as de que as mulheres permanecem nas relações conjugais violentas porque “gostam de apanhar” ou porque “são fracas e indecisas”.

A questão de gênero atravessa os diferentes motivos que levam mulheres a permanecerem numa relação abusiva. Os motivos mais frequentes são a dependência emocional, a valorização da família, a idealização do amor e do casamento, a preocupação com os filhos, o medo da perda e do desamparo diante da necessidade de enfrentar a vida sozinha, a ausência de apoio social e familiar. A crença na impunidade do agressor e o receio de que a violência aumente após a denúncia, também são fatores que levam muitas mulheres a se calarem e permanecerem na relação sem denunciar ou buscar ajuda (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004, p.31).

Nesse sentido, cabe ressaltar a vergonha, o medo e o caráter afetivo da relação como fortes aliados do silêncio. Outro fator que camufla a situação violenta é o comportamento do agressor: o homem pode ser violento com sua companheira e manter relações sociais consideradas adequadas nos demais meios sociais, por isso, é difícil estabelecer um perfil (SAFFIOTI, 1994).

As mulheres, em geral, são socializadas e vistas como cuidadoras, guardiãs dos vínculos e responsáveis pelo sucesso da vida conjugal. Essa perspectiva faz com que elas atribuam a si a culpa pelas mazelas da vida a dois e se esforcem para evitar o fracasso da relação. Nas dinâmicas conjugais violentas são comuns jogos de linguagem utilizados pelos homens associando violência com cuidado e amor. Assim, muitas vezes, as mulheres sentem-se culpadas e responsáveis pela violência que sofrem, ou justificam a violência masculina como própria da natureza dos homens (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004).

Além disso, não se pode negligenciar que, em situações mais extremas de violência, a imposição do medo, as ameaças, o controle e a manipulação dos parceiros atuam como dificuldades concretas, objetivas no rompimento com a violência vivenciada. Há, também, condições socioeconômicas que dificultam o enfrentamento da violência por parte de muitas mulheres.

Nos estudos de Pondaag (2009) com casais em atendimento psicossocial relacionados à violência conjugal, no contexto da Justiça, em Brasília, foram identificadas razões para manutenção do vínculo conjugal: a dependência afetiva; o receio de não arranjar outro parceiro, por já estar velha, por ter filhos; o medo de ficar só; a percepção de que é incapaz de tocar a vida e de educar os filhos sem um companheiro; o medo da perda; a esperança de que o par conjugal mude; a preocupação com o sofrimento que o parceiro poderá ter em função da separação e com as dificuldades que poderá enfrentar sozinho; a falta de apoio de familiares para lidar com os desafios trazidos pela separação.

Outra pesquisa realizada pelo IBOPE/Instituto Avon (2009) apontou como principais causas para a manutenção do vínculo: falta de condições econômicas para viver sem o companheiro e manter a família (24%); preocupação com os filhos (23%); medo de ser morta caso rompam a relação (17%); baixa autoestima (12%); vergonha de admitir que apanha (8%); vergonha de separar (7%), entre outras razões.

Diante do exposto, nota-se a prevalência do espaço privado como o *locus* privilegiado do exercício da violência contra a mulher como forma de controle social e de reafirmação do poder do macho. Muitos homens comportam-se violentamente, contando com a mudez da companheira dominada. “O peso da ideologia da “intimização” que, ao legitimar a família como lugar de intimidade, contribui para manter a violência no âmbito privado e do segredo familiar” (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004). Além dos motivos já citados, muitas dificuldades são encontradas por mulheres vítimas de violência para fazer a denúncia.

Fazer a denúncia implica dar visibilidade ao fenômeno, tornando pública a violência privada. “O momento da denúncia é um momento de ruptura, é um momento no qual a mulher admite que sofre violência e que precisa de ajuda” (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004, p. 33).

Por isso, é importante que a vítima seja orientada sobre os seus direitos e sobre a necessidade de buscar apoio social, familiar, jurídico e psicológico para enfrentar o

problema. A punição e responsabilização do agressor são fundamentais, mas não são suficientes para acabar com a violência.

É necessária também uma mudança de consciência por parte da mulher de sua condição de “dominada” e submissa, e uma compreensão de que ela pode sair da relação ou transformá-la. Não é fácil sair de uma situação de dependência financeira e emocional, mas o primeiro passo é acreditar que é possível. Essa transformação não é apenas das mulheres, mas também dos homens e de todos que lutam pelo direito de igualdade e cidadania (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004).

2.3. A Lei Maria da Penha: antecedentes históricos e repercussões atuais

A Lei 11.340/2006 leva o nome de Maria da Penha em razão da história de uma bioquímica cearense, que foi torturada por vários anos pelo marido, Marco Antonio Heredia e, aos 38 anos de idade, ficou paraplégica em razão de uma tentativa de homicídio praticada por ele. Esse crime ocorreu em 1983 e, por 15 anos, ficou à espera de uma decisão judicial definitiva do Brasil.

Como não aconteceu, o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) encaminharam uma petição contra o Estado Brasileiro à Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Tomada essa providência, o caso Maria da Penha entrou para a história do Brasil, o que permitiu romper com a invisibilidade da violência doméstica, tornando-o representativo na luta contra a impunidade (DINIZ; BRAGA, 2006).

Até o ano de 2006, a legislação brasileira não dispunha de mecanismos específicos para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Antes da Lei Maria da Penha, a violência doméstica pertencia à égide da Lei 9.099/95 e, por esse motivo, é importante entender o seu significado na conjuntura brasileira.

A Lei 9.099/95 trouxe mudanças significativas na resolução de conflitos que demandam a intervenção do judiciário e representou um marco no sistema de justiça criminal brasileiro. A referida lei dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais (JECs) e é utilizada para a deliberação de delitos entendidos como de baixo potencial ofensivo, cujas penas máximas não ultrapassam dois anos.

Nos JECs qualquer dano recorrente pode ser, em tese, reparado, isto é, agressões físicas, morais e, principalmente, patrimoniais podem ser reparadas por

meio de indenizações pecuniárias pagas pelo agressor à vítima, prestação de serviços à comunidade, ou por meio de um acordo civil assumido pelas partes em juízo.

No que se refere aos delitos praticados por homens contra as mulheres, essa lei não considerou o fenômeno desse tipo de violência em sua complexidade. Desse modo, os JECs não foram pensados a partir das relações de poder e de gênero, pois a lógica era movida pela descarcerização⁴ dos autores de violência, buscando a reconciliação das partes, a não responsabilização criminal, além de visar celeridade processual. Este fato leva à banalização da violência nos JECs e a reprivatização do conflito, devolvendo o poder ao agressor (GUIMARÃES, 2011).

Com a aplicação de medidas descriminalizadoras e despenalizadoras⁵, havia o entendimento de que a violência doméstica não é violência, contrariando as pretensões feministas de nominar a *violência de gênero* e tratá-la diferentemente (GUIMARÃES, 2011; NASCIMENTO, 2012). De maneira geral, é consenso nos estudos feministas que essa lei não atende às demandas específicas das mulheres agredidas.

Um exemplo pertinente são as considerações de Bandeira (2009) sobre esta lei que trata a violência doméstica como crime esporádico, ocasional, não considerando a dimensão da reincidência e a complexidade que envolve a violência intrafamiliar. Ao considerar agressões contra mulheres como crime de menor potencial ofensivo, a lei não reconhece a magnitude da violência de gênero. Além disso, a lei desloca o atendimento de proteção da vítima e focaliza no agressor, que detém uma série de benefícios para não ser responsabilizado criminalmente.

O processo que culminou na criação da Lei Maria da Penha foi resultado da atuação de um conjunto de fatores. As convenções e conferências internacionais sobre a questão da violência contra a mulher que foram ratificadas pelo Brasil tiveram um papel importante para o embasamento da Lei 11.340/2006. Entre elas está a Convenção sobre a Eliminação de Todas as formas de Discriminação contra a Mulher

⁴ O artigo 76 da Lei 9.099/95 dispõe: “*Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta*”.

⁵ O dispositivo despenalizador da Lei 9.099/95 é o instituto da suspensão condicional do processo. Neste caso, o promotor de justiça faz uma proposta ao autor do fato que consiste no cumprimento de determinadas condições enquanto o processo criminal em seu desfavor fica suspenso de dois a quatro anos. Aceitando a suspensão do processo e cumprindo os requisitos impostos pelo Ministério Público, o autor não é responsabilizado criminalmente, o que implica dizer que não é considerado culpado ou inocente, pois não se produz nenhuma espécie de prova contra ele.

(CEDAW), que ocorreu no México e foi o primeiro instrumento de direitos humanos voltado especificamente para a proteção das mulheres. Seu principal objetivo consistiu em promover a igualdade entre os gêneros e a não discriminação contra as mulheres (CFEMEA, 2007). A CEDAW foi aprovada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1979 e ratificada pelo Brasil em 1984. Isso significou um comprometimento do Brasil em estabelecer uma proteção jurídica aos direitos da mulher, bem como a proteção efetiva da mulher contra todo ato de discriminação.

Com a promulgação da Constituição da República de 1988, o novo texto constitucional trouxe disposições equitativas entre homens e mulheres, como o inciso I do artigo 5º que definiu que *“Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”*. No que se refere à violência familiar, a Constituição trouxe em seu artigo 226, parágrafo 8º, o reconhecimento do Estado como figura que deve atuar na garantia dos direitos das pessoas que experimentam agressões no seio familiar: *“O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações”* (GUIMARÃES, 2011). “Em decorrência da Constituição Federal, diversas constituições estaduais e leis orgânicas municipais incluíram em seus textos dispositivos com obrigações expressas relativas à prevenção, atenção e ao combate à violência contra a mulher” (CONTO, 2010, p.6).

Destaca-se na década de 1990 a participação brasileira na Conferência Mundial de Direitos Humanos, que ocorreu em 1993, em Viena, e reconheceu a violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos; e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, também conhecida como Convenção de Belém do Pará, ratificada no Brasil em 1994.

A Convenção de Belém do Pará definiu o que é a violência contra a mulher em seu artigo 1º, como sendo *“qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento psíquico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no âmbito privado”*.

Outra medida importante no tocante às ações brasileiras no combate à violência doméstica foi a Declaração e a Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu em Beijing e foi assinada pelo Brasil em 1995. A Plataforma de Ação dispõe sobre as ações voltadas para a assistência social, psicológica e jurídica à vítima de violência doméstica, bem como de sua família, além

de medidas punitivas e de reabilitação ao agressor. A Conferência reconheceu a violência contra a mulher como obstáculo para que se alcancem os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz, bem como uma violação aos direitos humanos e liberdades fundamentais (PANDJIARJIAN, 2002).

No Plano Nacional, cabe ressaltar a atuação do Consórcio Feminista como entidade fundamental na articulação política e no processo de criação e promulgação da Lei Maria da Penha. Este Consórcio foi uma entidade formada por organizações não governamentais ligadas ao movimento feminista que possuíam forte articulação com organizações internacionais dedicadas à defesa dos direitos das mulheres. No ano de 2004, o Consórcio Feminista apresentou uma proposta legislativa à Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), a qual estabelecia mecanismos para prevenir e coibir as diversas formas de violência contra as mulheres (ROMEIRO, 2009).

Para Romeiro (2009), a movimentação realizada pelo Consórcio encontrou junto à SPM receptividade e intenção política para dar andamento ao projeto de lei e tomar a questão da violência de gênero como uma de suas principais ações.

Em 2005, a SPM apresentou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei sobre Violência Doméstica contra a Mulher – PL 4.559/04 que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal; da Convenção para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres; e, da Convenção de Belém do Pará; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, e dá outras providências. (GUIMARÃES, 2011).

Esse projeto foi aperfeiçoado por sua relatora na Câmara dos Deputados, deputada federal Jandira Feghali, em articulação com a SPM, com o consórcio de ONGs feministas, com os movimentos de mulheres e com mulheres de diferentes setores sociais, por meio de audiências públicas em diversos estados brasileiros. O texto recebeu, também, contribuições expressivas de autoridades do Poder Judiciário, como da desembargadora Shelmia Lombardi de Kato. Este Projeto de Lei foi transformado na atual Lei 11.340/2006.

Em 2006, o Congresso Nacional aprovou e o Presidente da República sancionou a Lei 11.340/06. Para produzir essa lei, foram analisados todos os tratados e convenções internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, os projetos de lei sobre a violência contra a mulher, existentes no Congresso Nacional, as legislações de diversos países membros da OEA e a legislação espanhola. Também

foram consultados juristas que colaboraram nas questões de natureza constitucional e processual.

A Lei, então, representa um avanço no campo democrático para a cidadania feminina, contribuindo para a igualdade social e se consolidando como uma ferramenta auxiliar na luta pelo fim das desigualdades que foram construídas econômica e culturalmente ao longo da história (CONTO, 2010).

A Lei Maria da Penha, aprovada no Brasil em 07 de agosto de 2006, tem como principal objetivo representar um instrumento jurídico eficaz que contenha as disposições legais e mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Além de definir o que é e quais são as formas de violência, também traz aspectos conceituais e educativos, uma vez que se propõe a promover uma real mudança nos valores sociais da sociedade brasileira, que banaliza a violência que ocorre nas relações domésticas e familiares e legitima os padrões de supremacia masculina e subordinação feminina, aceitos pela humanidade durante séculos (LISBOA, 2014).

Vale ressaltar algumas inovações trazidas pela Lei Maria da Penha. Uma das mais relevantes é a visão do fenômeno da violência contra a mulher de forma ampliada, ou seja, para além de uma legislação meramente repressiva, pois incorporou a demanda por serviços integrados, medidas preventivas e protetivas. Outro ponto importante foi a conceituação normativa da *violência de gênero* como violação dos direitos humanos das mulheres (NASCIMENTO, 2012).

No artigo 5º da Lei há a definição de o que seria a violência doméstica e familiar contra a mulher, assim como o campo de abrangência desse tipo de violência:

Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

Parágrafo único. As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual.

Esta definição está baseada no dispositivo da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher – Convenção de Belém do Pará

(1994), que considera este tipo de violência como uma violação dos direitos humanos. No entanto, diferentemente desta Convenção, restringiu o campo de abrangência da violência às relações domésticas, familiares e íntimas de afeto.

De acordo com a Lei Maria da Penha, a vítima possui uma qualidade específica: ser mulher. Somente as mulheres podem usufruir das medidas dispostas pela lei. Aquele que pratica a violência pode ser tanto homem como mulher, assim, a lei não está restrita somente a violência conjugal – homens que agredem suas parceiras (esposas, companheiras, namoradas, amantes), mas também agressões entre irmãs, mãe e filha, filho e mãe, pai e filha, avô e neta, neto e avó, tio e sobrinha, entre outros.

A violência independe da orientação sexual, ou seja, a violência que ocorre entre casais homossexuais que tenham como vítima a mulher, tem amparo na legislação, assim como transgêneros ou transexuais legalmente reconhecidos como mulheres pelo ordenamento jurídico brasileiro (BRASIL, 2006; DIAS, 2007).

Em seu art. 7º, a Lei Maria da Penha definiu as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher em cinco tipos:

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Antes da referida lei, o ordenamento jurídico brasileiro não dispunha de nenhum mecanismo específico de proteção às mulheres em situação de violência. Com a Lei Maria da Penha, surgiu a possibilidade de o juiz aplicar, no prazo de até 48 horas,

cinco medidas protetivas em favor da vítima, como: 1) suspensão da posse ou restrição do porte de armas pelo autor; 2) afastamento do agressor do local de convivência com a ofendida; 3) restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores; 4) prestação de alimentos provisionais ou provisórios; e 5) proibição de determinadas condutas, como frequentar alguns lugares, aproximação e contato com a ofendida, seus familiares e testemunha por qualquer meio de comunicação.

As medidas protetivas podem ser requeridas pela própria vítima na delegacia ao registrar a ocorrência policial ou pelo Ministério Público (MP). Com o objetivo de proteger a integridade da vítima, a lei proíbe que esta entregue notificação ou intimação ao agressor, de forma a evitar que aconteçam novos episódios de violência.

A Lei Maria da Penha modificou o art.313 do Código de Processo Penal, ao introduzir a possibilidade de o juiz decretar prisão preventiva do autor para garantir a execução das medidas protetivas de urgência. A prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal. Desse modo, o autor da violência que não cumprir as medidas protetivas impostas judicialmente, pode ter sua prisão decretada. O autor pode ser preso também nos casos de flagrante, quando é pego no momento do cometimento do delito. As legislações anteriores não previam a decretação da prisão preventiva, nem prisão em flagrante do autor nos casos de violência doméstica e familiar (BRASIL, 2006; GUIMARÃES, 2011).

Para que o Estado possa assegurar de forma ágil a saúde e a integridade da mulher em situação de violência, é necessário que haja a iniciativa por parte da vítima em pedir a proteção estatal. Como uma maneira de facilitar o canal de informações, a SPM disponibilizou os serviços da Central de Atendimento à Mulher – ligue 180, com o objetivo de receber denúncias ou relatos de violência e de orientar as mulheres sobre os direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as, quando necessário, para tomarem as medidas protetivas. Esse serviço começou a funcionar em 2005, em caráter experimental e passou a operar em caráter definitivo em abril de 2006, no mesmo ano em que foi promulgada a Lei Maria da Penha (CONTO, 2010).

Para Wânia Pasinato (2011), a Lei Maria da Penha busca propiciar mais que a punição aos agressores, considerando que suas ações e medidas estão organizadas em três eixos de intervenção, quais sejam: eixo das medidas criminais, voltado para a punição da violência; eixo das medidas de assistência e proteção da integridade física e dos direitos da mulher; e, eixo das medidas de prevenção e educação, que

consiste na adoção de estratégias para coibir a reprodução social da violência e da discriminação baseadas no gênero.

A Lei Maria da Penha resulta de uma luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres por uma legislação contra a impunidade na conjuntura nacional de violência doméstica e familiar contra a mulher. Assim, representou uma verdadeira guinada na história da impunidade, criando meios de atendimento humanizado às mulheres, agregando valores de direitos humanos à política pública e contribuindo pedagogicamente com o processo educativo de toda a sociedade.

O Estado toma para si a responsabilidade de prevenir a violência, proteger as mulheres agredidas, contribuindo na reconstrução da vida da mulher e na punição dos agressores. Na prevenção à violência, a Lei nº 11.340/2006 prevê políticas públicas integradas entre os órgãos da saúde, da justiça e da assistência social. A primeira articulação citada na Lei é a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

Além da preocupação com a prevenção da violência e proteção das vítimas, o Estado também tem a responsabilidade de dar suporte na reconstrução da vida das mulheres e, para isso, prevê a assistência de forma articulada entre as áreas de assistência social, com inclusão da mulher no cadastro de programas assistenciais dos governos federal, estadual e municipal; atendimento especializado na saúde, com objetivo de preservar a integridade física e psicológica da vítima; além de assegurar a manutenção do vínculo trabalhista, caso seja necessário o afastamento do local de trabalho.

No que se refere à punição do agressor, a Lei Maria da Penha mudou a realidade processual dos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher. Antes dela, a violência sofrida pelas mulheres no ambiente doméstico e familiar era tratada juridicamente por meio da aplicação da Lei nº 9.099/95 que preconizava, segundo os críticos, a banalização da violência já que eram impostas como formas de responsabilização aos agressores o pagamento de multas, prestação de serviços à comunidade e/ou penas pecuniárias (BRASIL, 2012).

A partir da Lei Maria da Penha, os crimes cometidos contra as mulheres devem ser julgados nos juizados/varas especializadas de violência doméstica e familiar contra a mulher, com competência cível e criminal. A criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) retira a violência doméstica

do âmbito dos Juizados Especiais Criminais. O art.14 da Lei dispôs que os JVD FM poderão ser criados para o processo, julgamento e execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Art. 14. Os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, órgãos da Justiça Ordinária com competência cível e criminal, poderão ser criados pela União, no Distrito Federal e nos Territórios, e pelos Estados, para o processo, o julgamento e a execução das causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher.

Parágrafo único. Os atos processuais poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.

Sendo um juizado específico para crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher, o magistrado responsável aprecia somente crimes desta natureza, diferentemente do que ocorre nos JECs e nas varas criminais. Outra importante inovação trazida pela lei foi a possibilidade dos JVD FM contarem com uma equipe de atendimento multidisciplinar composta por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e saúde, conforme prevê o art.29 da Lei.

A função da equipe multidisciplinar é desenvolver trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas voltadas à vítima, ao suposto ofensor e familiares, além de fornecer subsídios por escrito ao juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, mediante laudos, pareceres, ou verbalmente em audiência. Os profissionais que compõem a equipe contam com formações diferenciadas, o que permite a análise do fenômeno desse tipo de violência sob diversos campos do saber, para que possam ser oferecidas respostas efetivas na prevenção, combate e erradicação da violência de gênero (GUIMARÃES, 2011).

Como síntese, Teresa Lisboa (2014, p.45-46) traz as principais inovações trazidas pela Lei 11.340/2006:

a) tipifica e define a violência doméstica e familiar contra a mulher como um crime; b) estabelece as formas de violência doméstica contra a mulher como sendo física, psicológica, sexual, patrimonial e moral; c) determina que a violência doméstica contra a mulher independe de orientação sexual; d) cria Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal para todas as questões; e) prevê um capítulo específico para o atendimento, pela autoridade policial, para os casos de violência doméstica contra a mulher; f) define que a mulher somente poderá renunciar perante o juiz; g) veda a entrega da intimação ao agressor pela mulher; h) possibilita a prisão em flagrante; i) altera o Código de Processo Penal para possibilitar ao juiz a decretação da prisão preventiva, quando houver riscos à integridade física ou psicológica da mulher; j) determina que a mulher vítima de violência doméstica será notificada dos atos processuais, especialmente quanto ao ingresso e saída da prisão do agressor; l) determina que a mulher deverá estar acompanhada de advogado ou defensor em todos os atos processuais.

2.4. Um panorama da violência contra a mulher no Brasil a partir da Lei Maria da Penha

Passados oito anos da criação da Lei Maria da Penha, é importante visualizar o impacto que a sanção dessa lei teve no que se refere às taxas de violência contra a mulher no Brasil.

A pesquisa realizada pelo DataSenado⁶, em março de 2013, sobre esse tipo de violência por todo o país, revelou que 99% das mulheres já ouviram falar na Lei, e isso vale para todos os estratos sociais. Mulheres de todas as idades, níveis de renda e escolaridade, credo ou raça sabem da existência da Lei criada para coibir a violência doméstica e familiar.

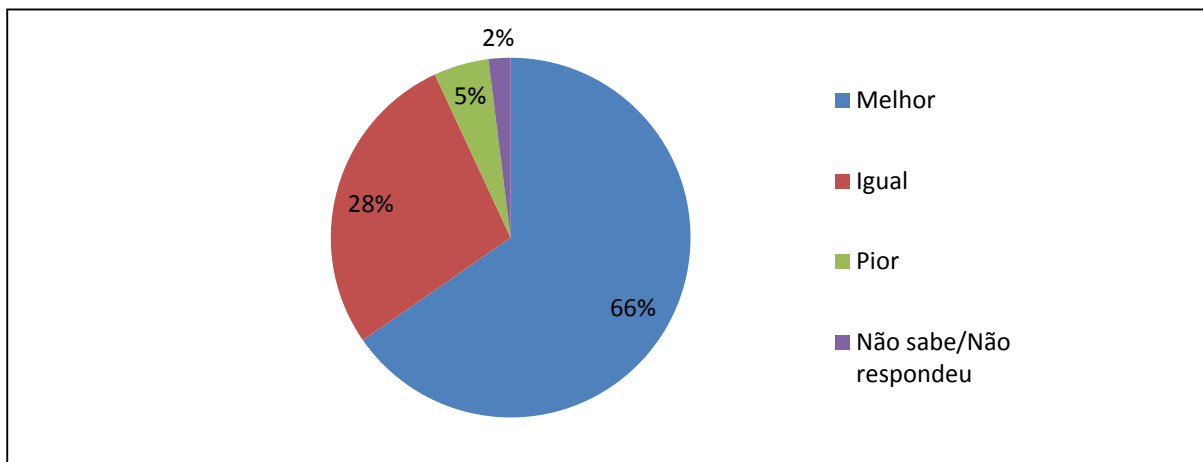
Apesar do conhecimento da Lei, a pesquisa estimou que mais de 13 milhões e 500 mil mulheres já sofreram algum tipo de agressão (19% da população feminina com 16 anos ou mais). Destas, 31% ainda convivem com o agressor. E mais: das que convivem com o agressor, 14% ainda sofrem algum tipo de violência. Esse resultado, expandido para a população brasileira, implica dizer que 700 mil mulheres continuam sendo alvo de agressões.

A violência doméstica e familiar exerce grande impacto nas taxas de homicídio contra mulheres. Como resultado, num *ranking* de 84 países, ordenados segundo as taxas de homicídios femininos, o Brasil é o 7º país onde mais se matam mulheres.

Na entrevista feita com mulheres, após a sanção da Lei Maria da Penha, a maioria (66%) se sente mais protegida, conforme apurou o DataSenado:

⁶ Pesquisa realizada pelo DataSenado, em março de 2013, feita por amostragem com entrevistas telefônicas. Para a pesquisa sobre violência doméstica e familiar, é considerado o público de mulheres com 16 anos ou mais, residentes no Brasil e com acesso a telefone fixo. Para maiores informações sobre a pesquisa, consultar o *link* presente nas referências deste estudo.

GRÁFICO 1 - Opinião das mulheres sobre sua proteção após a Lei Maria da Penha



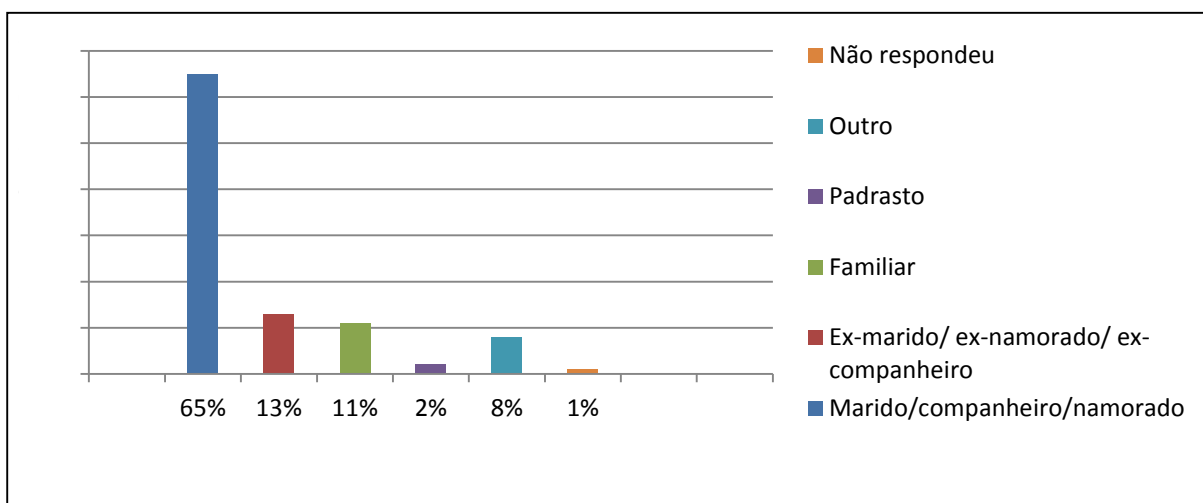
Fonte: DataSenado, 2013. Elaboração própria.

É consenso entre 80% das entrevistadas que as leis por si só não são capazes de resolver o problema da violência doméstica e familiar. Dado importante é que o sentimento de desproteção atinge mais as mulheres negras (pretas e pardas), com 72%, quando comparado com os índices das mulheres brancas: 28%.

Aproximadamente uma em cada cinco brasileiras reconhece já ter sido vítima de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Os percentuais mais elevados foram registrados entre as que possuem menor nível de escolaridade, as que recebem até dois salários-mínimos, e as que têm idade de 40 a 49 anos.

O tipo de violência mais frequente praticado contra mulheres é a física, segundo relato de 62% das vítimas. Desde 2009, em todas as rodadas da pesquisa, tem sido esse o tipo mais citado de violência contra a mulher. Em seguida, vem a violência moral e a psicológica, que, em 2013, foram relatadas por 39% e 38% das vítimas, respectivamente. A violência sexual, apesar de ser uma das menos mencionadas, passou a ser citada por 12% das vítimas na pesquisa de 2013. Em 2011 eram 4%.

Dentre as mulheres que já sofreram violência, 65% foram agredidas pelo parceiro de relacionamento, ou seja, por marido, companheiro ou namorado. Ex-namorados, ex-maridos e ex-companheiros também aparecem como agressores frequentes, tendo sido apontados por 13% das vítimas. Parentes consanguíneos e cunhados aparecem em 11% dos casos:

GRÁFICO 2 - Agressores mais citados pelas entrevistadas

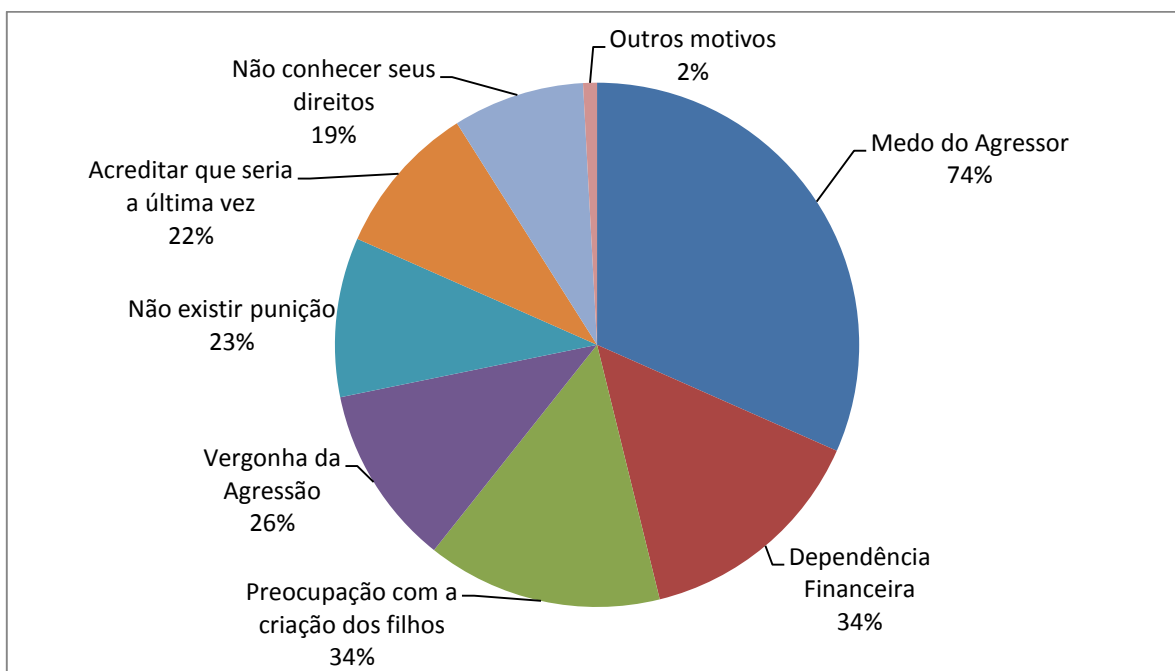
Fonte: DataSenado, 2013. Elaboração própria.

Ainda de acordo com a pesquisa do DataSenado, há uma tendência das mulheres que sofrem agressão não procurarem a delegacia para a denúncia. Quase metade prefere soluções que não levem diretamente à formalização da denúncia. Esses dados revelam a tendência seguida por muitas mulheres de não se colocarem em posição de litígio contra o agressor ou de não tomarem atitudes que possam resultar diretamente na prisão dele.

Entre os motivos alegados, o principal deles para as mulheres escolherem vias alternativas à denúncia formal é certamente o medo do agressor, fator apontado por 74% das entrevistadas. Em seguida, a dependência financeira e a preocupação com a criação dos filhos foram os fatores apontados por 34% do total de entrevistadas. A vergonha da agressão, também apontada como motivo para não denunciar, é mais frequente conforme cresce a escolaridade e a renda das entrevistadas.

Entre aquelas que têm até o ensino fundamental, 19% afirmaram que a vergonha é fator que impede as vítimas de denunciar a agressão. Entre as que têm o ensino superior, essa proporção sobe para 35%. Já em relação à renda, a vergonha é apontada com menos frequência pelas mulheres sem remuneração (21%) que pelas que recebem mais de cinco salários-mínimos (39%). O gráfico 3 ilustra o percentual dos motivos que contribuem para que não seja denunciada uma agressão:

GRÁFICO 3 – Motivos que levam a mulher a não realizar a denúncia



Fonte: DataSenado, 2013. Elaboração própria.

Um dado de extrema relevância a ser considerado em âmbito nacional, conforme pesquisa do DataSenado, é a mudança cultural no que diz respeito à tolerância aos atos de violência contra a mulher. A máxima “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” está ficando ultrapassada. Dados mostram que a maioria das mulheres já admite a possibilidade de que qualquer pessoa que tenha conhecimento de uma agressão física possa denunciar o fato às autoridades.

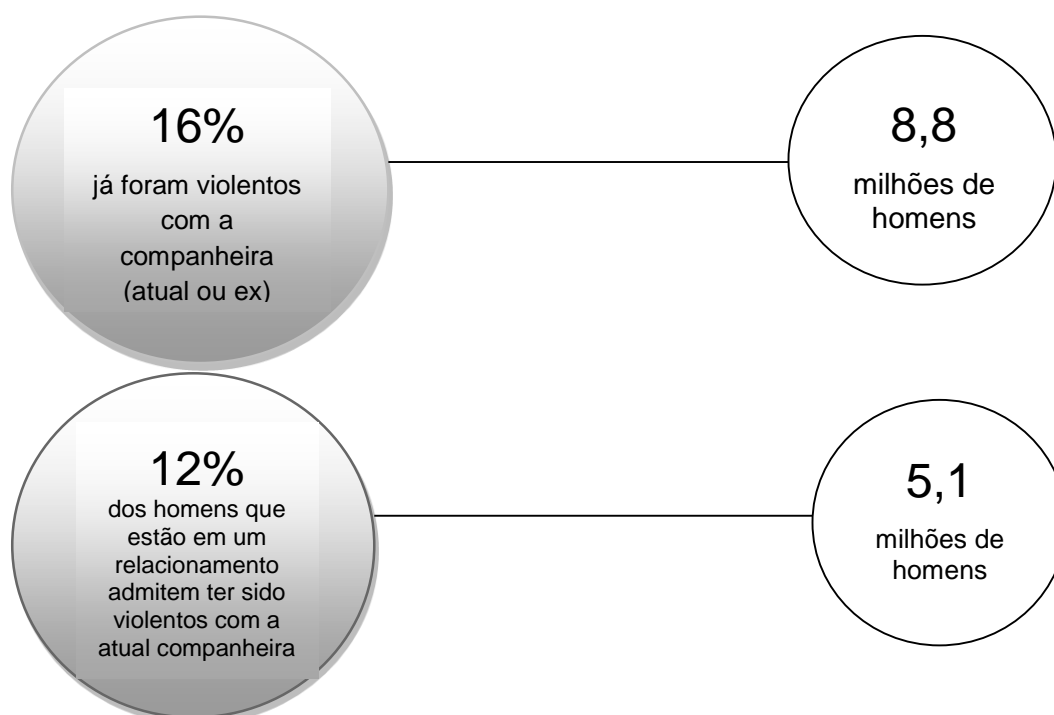
Essa é a opinião de 60% das entrevistadas na pesquisa realizada em 2013. Em 2011, apenas 41% admitiam a denúncia feita por qualquer pessoa. Boa parte das mulheres entrevistadas (94%) acredita que o agressor deve ser processado, mesmo que contra a vontade da vítima, e 88% denunciariam a agressão, caso testemunhassem a ocorrência. O dever de processar o agressor, mesmo que à revelia da vítima, é quase consensual em todos os subgrupos populacionais pesquisados – inclusive no grupo de mulheres que já foram alvo de violência (DATASENADO, 2013).

Diante dos dados apresentados anteriormente sobre mulheres, cabe destacar uma pesquisa que tenha como foco a visão dos homens sobre o fenômeno da violência. Realizada pelo Instituto Avon/DataPopular⁷, a pesquisa “Percepção dos

⁷ Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf>. Acesso em: 18/06/2014.

homens sobre a violência doméstica contra a mulher” apresenta alguns resultados que demonstram que 41% da população masculina brasileira conhece um homem que já foi violento com alguma parceira. Entretanto, somente 16% dos homens assumem ter sido violentos com a atual ou ex-companheira e 12% admitem violência com a companheira atual, o que corresponde a 8,8 milhões e 5,1 milhões de homens, respectivamente⁸.

FIGURA 1 – Quantidade de homens brasileiros que já foram ou que estão sendo violentos



Fonte: Instituto Avon/DataPopular - Percepção dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher. Elaboração própria.

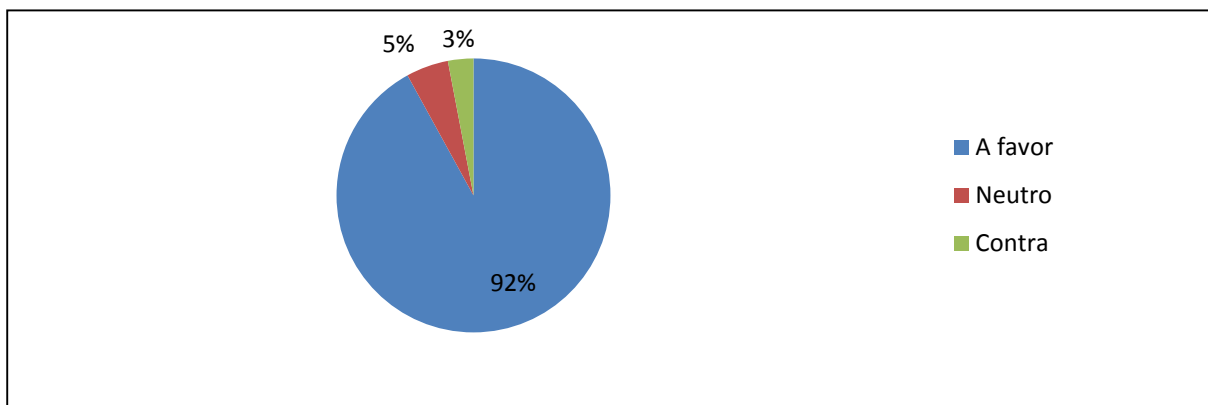
Essa pesquisa revelou que 56% dos homens entrevistados admitiram ter cometido atitude que caracteriza violência como: xingar (53%), empurrar (19%), ameaçar com palavras (9%), dar um tapa (8%), dar um soco (4%), impedir de sair de casa (7%), arremessar algum objeto durante a briga (6%), humilhar em público (5%), obrigar a fazer sexo sem vontade (2%), ameaçar com alguma arma (1%). Além disso, a maioria das atitudes agressivas foi cometida mais de uma vez.

No que se refere à Lei Maria da Penha, sua aprovação por parte dos homens é alta: 9 em cada 10 homens dizem ser favoráveis à lei. Eles acreditam que a criação

⁸ Projeção Data Popular a partir da PNAD 2012 – Pessoas com 16 anos ou mais do Brasil.

de serviços especializados, como delegacias da mulher e casa-abrigo, contribui para diminuir a violência doméstica contra a mulher.

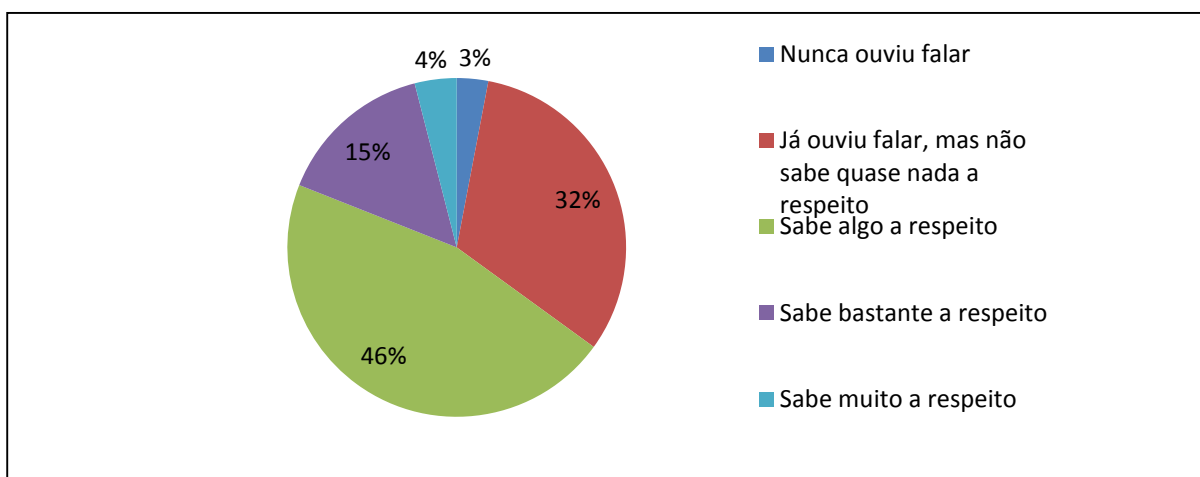
GRÁFICO 4 – Indicador de homens favoráveis à Lei Maria da Penha



Fonte: Instituto Avon/ DataPopular Percepção dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher. Elaboração própria.

No entanto, verifica-se que ainda permanece o desconhecimento da lei por uma parcela significativa da população, sobretudo, sobre as questões de gênero que a fundamentam: 92% dos homens são favoráveis à Lei Maria da Penha e 35% dizem desconhecer a lei (total ou quase totalmente).

GRÁFICO 5 – Conhecimento dos homens sobre a Lei Maria da Penha



Fonte: Instituto Avon/ DataPopular Percepção dos homens sobre a violência doméstica contra a mulher. Elaboração própria.

Nas entrevistas com os homens, eles acreditam que pessoas (homens e mulheres) que se encontram em situação de violência doméstica devem se abrir e falar sobre a situação, inclusive procurando atendimento especializado. No entanto, diante de certas formas de violência, a maioria dos homens acredita que não é certo chamar a polícia ou procurar a Delegacia da Mulher, o que equivale a 72%, principalmente se os motivos forem ameaças ou humilhações. Eles aprovam a denúncia mais nos casos de violência física (INSTITUTO AVON/DATA POPULAR, 2013).

Diante dos dados apresentados, tendo por base as duas pesquisas citadas, fica evidente que os papéis tradicionais de gênero ainda são referências na sociabilidade contemporânea. A visão tradicional do que é ser homem e do que é ser mulher continua arraigada nas relações sociais estabelecidas entre os sexos. Inclui-se também o primado do homem sobre a mulher que ainda é bastante aceito pela população, reafirmando a ordem patriarcal.

Apesar dessas construções sociais tradicionais, pode-se perceber que o fenômeno da violência não é mais tão naturalizado e tolerado. Homens e mulheres sabem da existência da Lei Maria da Penha e é majoritária a concordância com a punição/responsabilização dos agressores. Com a promulgação da referida lei, mulheres sentem-se mais protegidas e seguras, mesmo que ainda permaneça a tendência da não denúncia da agressão, reforçada muitas vezes por ditos populares que legitimam o silêncio social nos casos de violência doméstica e familiar.

Daí a importância de se dar vez e voz às mulheres, sobretudo às que estão inseridas em um ciclo de violência, no sentido de assegurar-lhes condições reais para que possam romper com esse ciclo e dar um novo rumo à sua vida e a dos que estão próximos a elas. Para que isso aconteça, é necessário mais que vontade pessoal, ou seja, deve haver uma união de esforços do Estado e da sociedade em geral nesse processo de garantia de direitos sociais e de implementação de políticas públicas voltadas para a referida questão.

CAPÍTULO 3: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE ALGUNS NÚCLEOS DE PESQUISA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA

O presente capítulo destina-se a fazer uma análise sobre o que tem sido produzido acerca da temática de violência contra a mulher, a partir da experiência de três revistas nacionais que possuem publicações sobre o pensamento feminista na atualidade, que são: Revista Estudos Feministas, Cadernos Pagu e Revista Gênero.

As publicações das revistas surgiram ao longo do processo de desenvolvimento do pensamento feminista na academia brasileira, sempre com o compromisso de divulgar debates sobre o feminismo e a perspectiva de gênero que se desenrolam nacional e internacionalmente.

As três revistas estão disponíveis *online*, e têm como foco a política de democratização do acesso à produção científica e acadêmica, de forma a facilitar a busca pelo material. Tais revistas são editadas pelas seguintes universidades: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Universidade Federal Fluminense (UFF), respectivamente.

Cabe mencionar que a escolha pela Revista Gênero, além das outras duas revistas de grande relevância e abrangência nacional e internacional, deveu-se à sua vinculação com a Escola de Serviço Social da UFF, pois, neste estudo, foi analisada a relação da produção teórica sobre violência contra a mulher com o Serviço Social, ou seja, o que tem sido produzido sobre violência (enquanto expressão da questão social) pelo corpo docente de professores de Serviço Social dessa Universidade.

A pesquisa constituiu-se em uma revisão de literatura disciplinada, crítica e ampla. Disciplinada porque tem como base uma escolha sistemática dos textos a partir da temática abordada, os autores e a área de formação; crítica porque foi estabelecido um diálogo reflexivo com o que tem sido produzido sobre o fenômeno da violência contra a mulher; e, ampla porque pretendeu dar conta do que tem sido produzido sobre o objeto de investigação nessas revistas, apresentando aspectos convergentes e divergentes nas abordagens teóricas.

Para o presente estudo foram considerados apenas artigos para a interpretação e análise. Os critérios para a seleção destes foram baseados na escolha da temática da violência contra a mulher. Foi feita uma seleção a partir do sumário de todas as

edições das revistas disponíveis *online*, sendo analisados os títulos, os resumos e as palavras-chaves dos artigos. A análise do que foi selecionado leva em consideração quem são as/os autoras/es; os dados relativos à filiação institucional; distribuição regional e internacional das/os autoras/es; bem como a formação profissional das/os mesmas/os. Além disso, foi analisado o que tem sido produzido sobre o tema, com destaque para as tendências teórico-metodológicas sobre as concepções de gênero, feminismo, masculinidade, feminilidade e violência.

De acordo com Maria Cecília Minayo (2010), o campo científico, apesar de sua normatividade, é permeado por conflitos e contradições, ou seja, existe possibilidade de encontrarmos semelhanças nos empreendimentos que se instituíram a partir da ideia geral de um conhecimento construído por meio de conceitos – por exemplo, o conceito de gênero e de violência contra a mulher. No entanto, a cientificidade não pode ser reduzida a uma forma determinada de conhecer: existem diversas maneiras concretas e potenciais de realização.

A cientificidade, portanto, tem que ser pensada como uma ideia reguladora de alta abstração e não como sinônimo de modelos a serem seguidos. A história da ciência revela não um “*a priori*”, mas o que foi produzido em determinado momento histórico com toda a relatividade do processo de conhecimento (MINAYO, 2010, p.11).

Tendo como base essas acepções de Minayo (2010), durante a leitura dos artigos, foram identificadas similaridades e diferenças entre eles. Foram lidos 15 (quinze) textos da REF, 5 (cinco) da Revista Gênero e 5 (cinco) dos Cadernos Pagu, totalizando 25 (vinte e cinco) textos.

A partir disso, foram criadas quatro *categorias de análise* que agrupam as características convergentes e divergentes dos textos de forma a buscar um resultado mais qualitativo do conteúdo das publicações, sintetizando as principais conclusões no estudo das revistas, quais sejam: 1) violência contra a mulher, direitos humanos e cidadania; 2) violência contra a mulher, Estado e políticas sociais; 3) violência contra a mulher, gênero e a questão étnico-racial; e, 4) Serviço Social, violência contra a mulher e questão social. Além dos textos analisados das três revistas, foram utilizadas outras bibliografias que abordam a temática.

Antes da apresentação das categorias de análise, vale ressaltar de forma breve e sintética um pouco da história das revistas.

3.1. Características das revistas: Revista Estudos Feministas, Cadernos Pagu e Revista Gênero

3.1.1. Revista Estudos Feministas

A Revista Estudos Feministas (REF) é uma das mais importantes publicações sobre gênero e feminismo no Brasil, tornando-se referência obrigatória entre pesquisadoras, professoras, estudantes e militantes de movimentos de mulheres interessadas nessa temática. Foi a primeira revista acadêmica nesse campo no Brasil, logo seguida pelos Cadernos Pagu/UNICAMP, e mais tarde por outras correlatas (SCAVONE, 2013).

É um periódico indexado, interdisciplinar, de circulação nacional e internacional, cuja missão é publicar artigos, ensaios e resenhas que apresentem reflexões teóricas consistentes e inovadoras, com bibliografia atualizada, ampliando as fronteiras dos debates acadêmicos no campo dos estudos feministas e de gênero.

O objetivo da REF é ser um instrumento educativo e político de difusão das pesquisas acadêmicas em gênero e feminismo, com a pretensão de ser também um veículo de formação para os movimentos de mulheres. Essa parceria da pesquisa com a intervenção social conformaria a identidade da revista, tendo sido reforçada nos editoriais subsequentes (DINIZ; FOLTRAN, 2004).

O eixo central da política editorial da REF pode ser definido pelos seus objetivos de publicar textos que destacam sua particularidade: o compromisso científico-acadêmico e a posição política de não neutralidade em relação aos movimentos sociais, especialmente os voltados para as questões feministas e correlatas (SCAVONE, 2013).

A criação da REF foi resultado da maturidade das pesquisas em gênero nas universidades e da atuação dos movimentos de mulheres no Brasil. Foi oficialmente lançada em 1992, durante a reunião anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), e possui periodicidade quadrimestral (DINIZ; FOLTRAN, 2004).

Desde seu início, contou com um importante apoio institucional e financeiro dos Programas de Dotações para Pesquisa sobre Mulheres e Relações de Gênero subvencionados pela Fundação Carlos Chagas/Ford (1978-1998) e, a criação de Núcleos de Pesquisa nas Universidades e Grupos de Trabalho nas Associações de

Pós-Graduação que foram, sem dúvida, elementos propiciadores do crescimento da produção científica do campo de estudos de gênero no Brasil (GROSSI, 2004; SCAVONE, 2013).

A REF esteve durante sete anos no Rio de Janeiro, tendo sido editada inicialmente pela Escola de Comunicação – CIEC/UFRJ, depois pelo PPGCS/UERJ e em último lugar no IFCS/UFRJ; sendo, posteriormente transferida para a Universidade Federal de Santa Catarina, em 1999 (GROSSI, 2004).

Sempre houve grande preocupação em garantir que a REF se mantivesse como um periódico de alto nível. Foi dispensado um esforço contínuo de vinculação da revista a importantes indexadores internacionais, como o *Sociological Abstracts* ou, mais recentemente, a SciELO (*Scientific Library Online*). Outra característica importante foi a política de internacionalização adotada: por um lado, traduziram-se artigos chave para o debate feminista e de gênero internacional, e, por outro, artigos nacionais foram também traduzidos para a língua inglesa (DINIZ; FOLTRAN, 2004).

Após 22 anos de existência, a REF destaca-se pelo seu crescimento qualitativo e quantitativo notáveis e relevantes, contribuindo significativamente para a consolidação acadêmica e científica do campo de estudos de gênero e feministas.

3.1.2. Cadernos Pagu

Criado em 1993, *Cadernos Pagu* é uma publicação acadêmica vinculada ao Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e um dos principais periódicos brasileiros centrados na questão de gênero.

A proposta editorial da revista inclui a divulgação de reflexões teórico-metodológicas, resultados de pesquisa, documentos e resenhas, abordados a partir de diversas perspectivas teóricas, estimulando a produção de jovens pesquisadoras/es. Seu público-alvo não se restringe apenas à comunidade acadêmica. A revista também tem atingido e subsidiado organizações governamentais e não governamentais e movimentos sociais (PISCITELLI; BELELI; LOPES, 2003).

A revista foi criada em um momento em que os estudos de gênero já contavam com alguma legitimidade acadêmica no país. A intenção, portanto, era de ampliar o espaço já existente, difundindo e estimulando a produção de conhecimentos na área, demonstrando esforço para ampliar o leque de abordagens disciplinares presentes nas publicações. Assim, possui importância inegável “na consolidação do campo de

estudos de gênero, através do estímulo e difusão da produção de conhecimento nessa área de estudos no Brasil” (PISCITELLI; BELELI; LOPES, 2003, p.242).

A criação dos *Cadernos Pagu* foi resultado de mais de dois anos de leituras, pesquisas e debates, nos quais os integrantes do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu mapeavam os avanços na produção sobre gênero e seus impasses. O primeiro número foi inteiramente redigido por integrantes do Núcleo, cujos artigos esboçavam essas inquietações. A vinculação da revista a este Núcleo foi fundamental para viabilizar os primeiros números, quando a publicação ainda não contava com financiamentos externos. Entre o segundo e o terceiro número, a publicação foi definindo sua política editorial e, simultaneamente, se abria para contribuições de pesquisadoras/es brasileiras/os e estrangeiras/os. O quinto número já contou com financiamento externo à universidade.

Os principais temas contemplados pela publicação - trabalho, educação, violência, sexualidade, raça, família, literatura, mídia, teorias feministas e teorias de gênero - têm oferecido significativa contribuição para as discussões no âmbito acadêmico e fundamentais subsídios para a atuação de organizações não governamentais e governamentais, incluindo a formulação de políticas públicas (PISCITELLI; BELELI; LOPES, 2003).

3.1.3. Revista Gênero

A decisão de publicar uma revista científica feminista possui relação com a efervescência do movimento feminista na academia. Como extensão da difusão dessas ideias na sociedade brasileira, docentes da Universidade Federal Fluminense fundaram a *Revista Gênero*. Esta revista surgiu na esteira desses movimentos que nos últimos quarenta anos se institucionalizaram nos núcleos de pesquisa nacionais e que publicam o pensamento feminista através de diversos periódicos (MELO, 2013).

De acordo com Melo (2013, p.606),

No ano de 1993, na Universidade Federal Fluminense (UFF), docentes feministas, articuladas com o movimento feminista do Rio de Janeiro, criaram o Núcleo Transdisciplinar de Estudos da Mulher (NUTEM), originalmente vinculado à Pró-Reitoria de Extensão daquela universidade, então administrada pela professora Ismênia de Lima Martins (História). Essa Pró-Reitoria tinha como assessoras as professoras Hildete Pereira de Melo (Economia) e Cenira Duarte Braga (Serviço Social). A organização do NUTEM inaugura na UFF o reconhecimento do campo de pesquisas sobre mulher e a aglutinação de pesquisadoras/es de diferentes Departamentos que estavam envolvidos/as ou tinham interesse nessa temática. Resulta daí

a realização de um Seminário da própria Pró-Reitoria que teve como objetivo fazer um balanço das pesquisas em andamento na Universidade e a construção de um catálogo.

A Revista *Gênero*, publicação que nasceu como um projeto acadêmico feminista, mostra, desde seu número experimental de 1999, publicado em 2000, o largo espectro de matérias escritas por pesquisadoras/es de diferentes disciplinas, sem uma clara predominância de área de concentração de estudos.

O periódico de circulação nacional passou a ser publicado semestralmente, como uma iniciativa do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero vinculado, inicialmente, à PROEX/UFF. Em 2004, o periódico vinculou-se ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, integrando, especificamente, o Mestrado e o Doutorado em Política Social, do Departamento de Serviço Social, mantendo o mesmo corpo editorial. Desde 2011, além da versão impressa, a versão *online* está sendo publicada no *site* da Pós-Graduação de Política Social da Escola de Serviço Social da UFF.

A Revista *Gênero* publica ensaios, relatos de pesquisa, resenhas e entrevistas destinadas a divulgar contribuições teóricas de interesse dos estudos feministas e de gênero nas diferentes tradições disciplinares, num arco de questões que dizem respeito às feminilidades, às homossexualidades e às masculinidades, dentre outros temas correlatos.

Nesse sentido, conta com docentes e discentes de diferentes Departamentos da Universidade Federal Fluminense e associa pesquisadores/as de diversas áreas como Economia, História, Sociologia, Serviço Social, Educação e Letras, voltados para as seguintes linhas de pesquisa: História das Mulheres, Poder e Mulheres, Trabalho e Mulheres, Saúde Reprodutiva e Relações de Gênero, Homossexualidades, Envelhecimento, Literatura e Relações de Gênero (MELO, 2013).

Cabe ressaltar as considerações de Melo (2013) quando afirmou que a continuidade do projeto da *Revista Gênero* anda ameaçada e só o compromisso com o feminismo tem sustentado o corpo editorial do periódico. A revista passa atualmente por dificuldades devido à própria política da UFF na atual gestão sobre o que seja uma política de publicação de periódicos científicos. A gestão da sua Editora (EDUFF), nos últimos anos, tem levado ao desespero os docentes da Universidade que editam as revistas científicas. Como a gestão da Editora é vertical, as decisões são tomadas pela direção.

Mesmo com o trabalho competente da seção de Editoração e Publicação, o manuscrito da revista permanece cerca de 10 meses na Editora. O processo lento de revisão e edição arrasta-se na própria EDUFF, e quando finalmente a revista é publicada já se passaram muitos meses, entre a revisão e o envio para a gráfica.

No início de 2013, os números atrasados foram editados praticamente juntos, num esforço conjunto da Editoria e da Coordenação da Pós-Graduação em Política Social da Escola de Serviço Social. O exercício de correr contra o tempo acabou por prejudicar severamente a *Revista Gênero*.

Em síntese, a *Revista Gênero* segue tendências consolidadas em revistas feministas de circulação no meio acadêmico, como é o caso da *Pagu* e da *Revista Estudos Feministas*, que propagam produções interdisciplinares relativas às questões do feminismo e dos estudos de gênero (MELO, 2013).

3.2. As categorias de análise

3.2.1. Violência contra a mulher, direitos humanos e cidadania

No artigo “Queixosas e valentes: as mulheres e a visibilidade da violência cotidiana”, as autoras evidenciam que os estudos sobre as mulheres e as discussões sobre gênero e seus avanços possibilitam visualizar a ação feminina tanto nos macroespaços históricos quanto nas microesferas do cotidiano. Destaca-se, nesta última, as mulheres e suas práticas cotidianas, bem como as brechas das quais elas lançam mão para lidar com as relações de poder estipuladas em uma sociedade na qual os valores norteadores se respaldam nas relações de poder entre homens e mulheres e as múltiplas formas de violência (MAGALHÃES; ARAÚJO; SCHEMES, 2013).

Nesse sentido, parte-se do princípio de que a condição feminina é constituída histórica e socialmente, e é a partir da dinamicidade que as mulheres, como sujeitos históricos e sociais, buscam subverter situações, reivindicar espaços, opor-se aos abusos de ordens variadas, mostrar-se visíveis, fazer valer seus direitos e conquistar sua cidadania (MAGALHÃES; ARAÚJO; SCHEMES, 2013).

Em um mundo marcado por tradições patriarcais rígidas, as mulheres têm seus direitos civis e humanos constantemente ameaçados. O fortalecimento/empoderamento das mulheres ocorre pelo reconhecimento dos seus

direitos e da visibilidade das violências a que estão sujeitas com o consequente enfrentamento dessa gravíssima violação dos direitos humanos.

A ideia defendida por Érika Oliveira (2014), em seu artigo publicado na REF, “Contando histórias e inventando metodologias para discutir a violência contra as mulheres”, é reforçar a perspectiva de que não é possível pensar no enfrentamento da violência contra as mulheres, desconsiderando a participação e implicação dos homens para seu combate efetivo.

Faz-se necessário, portanto, pensar em estratégias que desafiem conjuntamente e tragam para o debate todos/as os/as atores implicados em sua reprodução e manutenção, procurando não essencializar posições e assinalar que tanto mulheres como homens, se vivem em relações interpessoais de violência, o fazem em função de construções sociais, regimes de verdade e de práticas discursivas que legitimam esse tipo de vivência e, portanto, ambos precisam de assistência na tentativa de diluir tais práticas (OLIVEIRA, 2014).

Um grande passo para o possível rompimento do ciclo de violência e garantia de direitos e cidadania das mulheres está na denúncia das agressões. Fazer uma notificação significa dar visibilidade ao fenômeno supondo um freio à reincidência da violência (FREITAS et al., 2011). Sobre o ato de denunciar, o artigo da REF, “Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia” faz referência às potencialidades do registro do Boletim de Ocorrência, com o objetivo de analisar as formas de enfrentamento encontradas por mulheres em situação de violência doméstica, no decorrer e após a denúncia (PARENTE; NASCIMENTO; VIEIRA, 2009).

Por muito tempo, e ainda não foi totalmente superado, a trajetória de vida das mulheres brasileiras foi acompanhada de responsabilidade e compromisso, principalmente no que diz respeito ao matrimônio, procriação e criação dos filhos, ou seja, execução de atividades ligadas à subsistência doméstica da família. Esse fenômeno aponta valores tradicionais da diferenciação dos papéis sociais masculinos e femininos, legitimando a desigualdade entre os sexos e as condições sociais desfavoráveis em que se encontram as mulheres.

Agressões físicas, psicológicas, dominação, coerção, intimidação, ameaça, difamação, perturbação da tranquilidade, dano ao patrimônio – essas e outras formas de violência colocam a mulher em uma posição inferior ao homem, ficando vulnerável aos episódios violentos. Além disso, estar em uma situação de violência leva à

manifestação de comportamentos negativos e ao adoecimento físico e mental (PARENTE; NASCIMENTO; VIEIRA, 2009).

Essa submissão das mulheres é definida por Rachel Soihet (1997) como violência simbólica, pois a construção da identidade feminina pauta-se na interiorização pelas mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos, supondo a adesão dos/as dominados/as às categorias que dominam. Essa relação de dominação, que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída, é afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal. “Como o poder masculino atravessa todas as relações sociais, transforma-se em algo objetivo, traduzindo-se em estruturas hierarquizadas, em objetos, em senso comum” (SAFFIOTI, 2001, p.119).

Apontar para a construção dessas relações significa entender as possibilidades de desconstrução dessas que – por possuírem caráter histórico e processual – são passíveis de serem transformadas. Em contrapartida ao processo de dominação dos homens sobre as mulheres, percebe-se que muitas delas exerceram (e continuam exercendo) seus contra-poderes à ideologia dominante e, apesar das barreiras encontradas, muitas transgrediram as normas instituídas e lutaram pelas conquistas dos seus direitos (FREITAS et al., 2011).

Sobre a discussão do poder, no artigo da REF “Violência e Assédio Sexual”, concorda-se com a autora quando afirma que as violências perpetradas contra mulheres tem origem na misoginia, revelando forte meio de controle social, físico, político e econômico sobre as mulheres. “A violência não é somente um meio de controle de um indivíduo sobre outro, como também um meio de controle de um grupo sobre outro e de uma sociedade sobre um dado grupo” (GENDRON, 1994, p.463). Nesse sentido, o melhor meio para as mulheres barrarem e prevenirem a violência é destruindo as relações de força e dominação que estão presentes nas diversas manifestações desse fenômeno.

Em outras palavras, onde quer que estejam, as mulheres devem se atribuir poder, tomar este poder. Enquanto o poder não for redistribuído nas relações que se estabelecem entre homens e mulheres, as violências subsistirão. É preciso adquirir poder em vários sentidos: econômico, na transmissão do saber, político, jurídico, de influência, nas relações amorosas e familiares. Este equilíbrio é crucial para a não vitimização das mulheres (GENDRON, 1994).

Vale ressaltar aqui a importância que Rita de Cássia Freitas (et al., 2011) e que outras autoras mencionadas no decorrer deste estudo possuem: a de não polarizar e absolutizar os papéis de vítima e culpado, pois evita-se que estereótipos sejam atribuídos como naturais de homem-agressor e mulher-vítima, insuficientes para a análise crítica do fenômeno da violência. Os episódios de violência só são inteligíveis quando se considera para a análise o elemento da parceria que existe na relação (GREGORI, 2003), como sendo “via de mão dupla”, bilateral. Assim, a mulher é sujeito histórico e ativo na relação (ARAÚJO; MARTINS; SANTOS, 2004; SAFFIOTI, 1994; GREGORI, 1993) e, portanto, a violência não se restringe ao polo masculino e nem está centrada unicamente na heterossexualidade (FREITAS et al., 2011).

Sobre este aspecto, Heleieth Saffioti (2001) traz importantes contribuições. Na posição vitimista não há espaço para se ressignificarem as relações de poder. Isso revela um conceito rígido de gênero, uma vez que supõe que gênero é o destino. Na concepção flexível defendida pela autora não há lugar para qualquer essencialismo, seja biológico ou social. Cabe frisar que com base na categoria histórica gênero, cada ser humano – homem ou mulher – desfruta de certa liberdade para escolher a trajetória a descrever. O gênero, assim, apresenta sim um caráter determinante, mas que deixa espaço para a transformação.

A mulher possui condições de oferecer resistência ao processo de exploração-dominação que sobre elas recai, não apenas no que diz respeito às relações de gênero, mas também atingindo relações interétnicas e de classes. Por isso, Saffioti (2001) afirma que mecanismos de defesa sempre estão presentes, alcançando maior ou menor êxito.

Quando o conflito não se resolve apenas em âmbito privado, faz-se necessária a intervenção do Estado. A denúncia aparece como primeiro passo para o fim da violação de direitos. Uma denúncia mais efetiva pode significar uma tomada de consciência, quebrando o silêncio, procurando estratégias capazes de minimizar os efeitos gerados pela convivência com a violência e partindo para a concretude da ação.

A percepção das mulheres sobre as vantagens que resultariam de suas ações direciona a sua conduta. Assim, as que acreditam nas leis, nas instituições de apoio à mulher, nos centros de referências da mulher, diminuem a possibilidade de sua permanência dentro da violência, principalmente relacionadas à mudança de comportamento, ou seja, à atitude de denunciar.

Em relação à violência, as intervenções normalmente visam à percepção do risco, às crenças na gravidade percebida, à eficiência e aos benefícios das leis, de casas-abrigo, das Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), dos centros de referências e das defensorias públicas no decorrer da denúncia. É difícil romper com uma situação de violência que ameaça o bem-estar das mulheres e requer uma ação que envolva não só o esforço individual e coletivo, mas, também, do Estado e da sociedade (PARENTE; NASCIMENTO; VIEIRA, 2009). Assim sendo, convém ressaltar a importância do Estado e das políticas sociais no combate e enfrentamento da violência contra a mulher.

3.2.2. Violência contra a mulher, Estado e políticas sociais

Conforme já citado nos capítulos anteriores, nos anos de 1980, a violência contra a mulher tornou-se um problema de saúde pública, reconhecido tanto pelo movimento feminista quanto por associações profissionais, serviços de saúde e organizações internacionais. Nos últimos 30 anos, a violência contra a mulher despertou o interesse da sociedade, que, com a pressão dos movimentos sociais feministas, busca estratégias para o enfrentamento do problema, como, por exemplo, a criação das delegacias de defesa da mulher, das casas-abrigo e dos centros de referência multiprofissionais (OLIVEIRA, 2014).

Até o ano de 2006, a legislação brasileira não dispunha de mecanismos específicos para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher. Antes da Lei Maria da Penha, a violência doméstica pertencia à égide da Lei 9.099/95, conforme já explicitado no capítulo 2 deste estudo.

Diversos artigos⁹ analisados nas três revistas tratavam da Lei 9.099/95 e, por este motivo, é importante mencioná-los nesta categoria de análise. Criada para julgar *crimes de menor potencial ofensivo* e tendo como paradigma o comportamento individual masculino (Caio contra Tício), essa Lei acabou por recepcionar não os crimes de Tício contra Caio, mas a violência cotidiana, constante e habitual de Caio contra Maria, de Tício contra Joana, de José contra Marlene. Dessa forma, os crimes julgados por esta Lei em sua maioria são cometidos contra mulheres, equivalendo a cerca de 60% a 70% do volume dos Juizados Especiais Criminais (JECs).

⁹ CAMPOS; CARVALHO, 2006; CAMPOS, 2003; DEBERT; OLIVEIRA, 2007.

A Lei 9.099/95 implica negação jurídica dos direitos das mulheres, pois a noção de crime de menor potencial ofensivo ignora a escalada da violência e seu potencial ofensivo. Assim, acaba desfavorecendo a mulher reprivatizando o conflito, fazendo com que ocorra uma inversão operacional: novas violências conjugais não são prevenidas e novas violências públicas (do processo) são acrescentadas (CAMPOS; CARVALHO, 2006). “Os Juizados Especiais Criminais solidificaram no Brasil a tendência de *sumarização dos procedimentos*, isso é, simplificar e reduzir os procedimentos de natureza processual, a partir dos postulados de se auferir ao processo penal *celeridade e eficiência*” (CAMPOS; CARVALHO, 2006, p.416).

O paradigma masculino que orientou sua elaboração ocasionou um déficit teórico por não ter utilizado (e aceito) o paradigma da criminologia feminista pautado no conceito de gênero. As consequências desse déficit se manifestam na operacionalidade da Lei com os seguintes resultados visíveis: banalização da violência; arquivamento massivo de processos; insatisfação das mulheres em situação de violência; redistribuição de poder ao homem, mantendo-se a assimetria de hierarquia e a assimetria de gênero; despenalização, ou seja, possibilidade de não ser processado criminalmente. A lógica que orienta a conciliação dos JECs implica soluções rápidas, simples, muitas vezes informais e econômicas (CAMPOS, 2003; DEBERT; OLIVEIRA, 2007).

É evidente que, desde o marco feminista, a Lei 9.099/95 está em completa dissonância com a proteção dos direitos humanos das mulheres, em especial aqueles estabelecidos na Convenção de Belém do Pará, já que não prevê qualquer medida de proteção à vítima. “Essa (in)compreensão jurídica tem como consequência a banalização da violência de gênero, tanto pelo procedimento inadequado como pelas condições impostas na composição civil e na transação penal” (CAMPOS; CARVALHO, 2006, p.416). Nos JECs, não importa a defesa da mulher enquanto sujeito de direitos, mas a preservação da família e da relação marido e mulher (DEBERT; OLIVEIRA, 2007).

Surge então uma incoerência apontada por Guita Debert e Marcela Oliveira (2007): as delegacias estão centradas na questão da violência contra a mulher, para responder a demanda de um sujeito de direitos. No entanto, o/a juiz/a nos JECs, apesar de possuir um poder simbólico maior que o dos/as delegados/as, não considera a dimensão da reincidência e não atenta para a real complexidade do fenômeno.

Em consonância com o previsto no texto Constitucional¹⁰, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) lançou-se em preocupação com a efetivação da norma constitucional e fomentou a apresentação do Projeto de Lei 4559/04¹¹, pela própria Secretaria, sendo aperfeiçoado e transformado na atual Lei Maria da Penha (CAMPOS; CARVALHO, 2006).

Para a promulgação da Lei 11.340/2006, foram analisados todos os tratados e convenções internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil, os projetos de lei sobre a violência contra a mulher, existentes no Congresso Nacional, as legislações de diversos países membros da OEA, a legislação espanhola, além de serem consultados juristas que contribuíram nas questões de natureza constitucional e processual, como mostrado no capítulo anterior.

A Lei Maria da Penha resultou de uma luta histórica dos movimentos feministas e de mulheres por uma legislação contra a impunidade aos crimes de violência baseados no gênero. Nesse sentido, o Estado toma para si a responsabilidade de prevenir a violência, proteger as mulheres e criminalizar os/as autores/as das violências cometidas. Na prevenção à violência, a Lei prevê políticas públicas integradas entre os órgãos da saúde, da justiça e da assistência social. É prevista a integração operacional do Poder Judiciário, do Ministério Público e Defensoria Pública com as áreas de segurança pública, assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.

Além da preocupação com a prevenção da violência e proteção das vítimas, o Estado também tem a responsabilidade de dar suporte na reconstrução da vida das mulheres e, também, na punição dos agressores (BRASIL, 2012).

A partir desta Lei, os crimes cometidos contra as mulheres devem ser julgados nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM), com competência civil e criminal, o que retira a violência doméstica do âmbito dos Juizados Especiais Criminais.

¹⁰ A Constituição Federal de 1988 previu, em seu artigo 226, § 8º, que o Estado asseguraria a assistência na pessoa de cada um dos integrantes da estrutura familiar, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

¹¹ O PL 4.559/04, que “cria mecanismos para coibir a violência contra a mulher, nos termos do § 8º do artigo 226 da Constituição Federal e dá outras providências”, foi encaminhado ao Congresso Nacional em 25 de novembro de 2004, Dia Internacional de Combate à Violência Contra a Mulher (CAMPOS; CARVALHO, 2006).

Debert e Oliveira (2007) fizeram uma consideração pertinente ao afirmarem que o foco dos Juizados criados pela Lei Maria da Penha recaiu sobre a família, sobre a violência contra a mulher somente no contexto doméstico e familiar. A nova Lei está centrada na violência contra a mulher nas relações de conjugalidade e familiar, retirando a violência impetrada contra as mulheres, pelo fato de ser mulher, nos espaços públicos, nas relações de trabalho, entre outras.

Um ponto destacado por Érika Oliveira (2014) é o fato de ser o/a juiz/a a determinar se os homens autores de violência deverão participar de um programa de reeducação demonstra que isso não é tido como essencial, ainda que as pesquisas demonstrem o contrário, pois deixar esse tópico nas mãos da interpretação pessoal de um/a operador/a do direito, devendo ele/ela agir de acordo com o seu bom senso, é um modo de não garantir a efetiva implementação dessa medida.

A lei 11.340/06 contempla em suas medidas preventivas a discussão da violência sofrida pelas mulheres junto à sociedade, no entanto, Érika Oliveira (2014) afirma que ainda é pouco o que se vê acontecendo na prática. Muitas vezes, noções rígidas prevalecem nas discussões, quando acontecem, sem ampliar a questão para as várias possibilidades de feminilidades e masculinidades que poderiam servir como parâmetro para uma sociedade que acolhe as diferenças e as multiplicidades.

Com essas dificuldades evidentes, para a efetivação da Lei Maria da Penha, é necessário mais que vontade pessoal, é preciso, também, que haja união de esforços do Estado e da sociedade em geral nesse processo de garantia de direitos sociais e de implementação de políticas públicas voltadas ao combate da violência.

Combater esse fenômeno é um esforço de todas as esferas. Por isso, exige uma conscientização de que a violência contra a mulher deve compor a agenda das políticas públicas com o objetivo de se elaborarem propostas consistentes para o enfrentamento da violência, dando ênfase às dimensões da interdisciplinaridade e da intersetorialidade.

Nessas condições, o campo do enfrentamento que visa à elaboração e ao fortalecimento de programas e estratégias é fator decisivo. Podem ser destacadas estratégias como o acesso a uma rede social de apoio, a capacitação dos profissionais, a criação de grupos de mulheres para a discussão da temática, a divulgação de campanhas, a elaboração de políticas públicas, entre outras (PARENTE; NASCIMENTO; VIEIRA, 2009). O desafio é a articulação de ações com

objetivos que sejam definidos e pensados com base na coletividade, para busca de políticas públicas universais e de qualidade (FREITAS et al., 2011).

Érika Oliveira (2014) chama atenção para o cuidado com a tendência na ênfase da criminalização da violência nas políticas públicas, o que acaba fazendo com que o número de delegacias seja superior ao número de casas-abrigo e de outros serviços de atendimento para as mulheres. Isso significa que nem mesmo as mulheres são inteiramente asseguradas pela lei. Por isso, é necessário que se conjugue um viés educativo com outras estratégias, além da punição.

As políticas públicas devem contemplar, além das medidas que visam à punição do autor da violência, a criação de espaços para a desconstrução e reconstrução dessas normas identitárias e, caso já contemplem isso, reforcem, então, a necessidade de se investir na visibilidade dessas normas como forma de atacar as violências que surgem em função de sua existência (OLIVEIRA, 2014).

3.2.3. Violência contra a mulher, gênero e a questão étnico-racial

Os estudos das relações raciais no Brasil constituem um campo tradicional das Ciências Sociais, com extensa literatura produzida sobre a temática. Desde o final da década de 1970, vem ganhando espaço a vertente que estuda as assimetrias entre brancos/as, pretos/as e pardos/as na esfera pública por meio da produção de indicadores estatísticos, especialmente daqueles pautados em escolaridade, trabalho e renda, saúde, entre outros. Apesar dessas pesquisas serem fundamentais para indicar o caráter estrutural das desigualdades, pouco se tem procurado conhecer sobre a participação da raça nas relações afetivas e violências travadas nesse âmbito (ALMEIDA; PEREIRA, 2012).

Elementos teóricos e históricos acerca da questão de gênero, raça/etnia são meios de compreender como se configura a violência na contemporaneidade perpassada por esses segmentos. Para uma discussão acerca da mulher negra na sociedade brasileira deve-se levar em consideração os fatores elementares na formação sócio-histórica brasileira, que contribuíram para constituir uma base patriarcal, racista e classista que perdurou por todos os séculos posteriores. Tais elementos não são isolados e sim se interpenetram na lógica da violência estrutural.

No Brasil, de maneira geral, a violência doméstica e familiar contra as mulheres tem sido amplamente investigada, e muito se tem avançado em termos jurídicos e em

políticas públicas no que se refere à sua coibição, erradicação, prevenção e punição. No entanto, Tânia Mara Almeida e Bruna Pereira (2012) afirmaram que praticamente nada se tem falado ou criado em termos de mecanismos voltados para se conhecer a vivência das mulheres negras que se encontram nesse tipo de violência, nem sobre o envolvimento de homens brancos e negros enquanto seus agressores.

Só muito recentemente a problemática da especificidade de situações de violência contra as mulheres não brancas passou a ser abordada pela literatura sobre violência contra a mulher. A maior denúncia nas publicações dos grupos de mulheres negras é a da invisibilidade dos dados estatísticos que muitas vezes não contemplam a discriminação de cor.

Diversos trabalhos e depoimentos apontam como violência contra as mulheres negras a forma como são discriminadas tanto no acesso formal ao trabalho, sob a exigência da “boa aparência”, quanto no plano mais subjetivo das representações veiculadas pela mídia, já que prevalece o padrão hegemônico branco de beleza, assim como em casamentos interétnicos por parte de homens negros que escolhem companheiras de cor branca para relacionarem-se em busca de *status*.

Miriam Grossi (1994) afirmou que diferentemente das mulheres negras que já possuem uma história de organização e denúncia às violências a que estão submetidas, as mulheres indígenas apenas começam a se organizar em torno da problemática específica de gênero. “A problemática da violência contra mulheres indígenas é praticamente invisível na literatura acadêmica, assim como na produção militante” (GROSSI, 1994, p.482).

Para Miriam Grossi (1994), o surgimento de denúncias contra grupos étnicos “não brancos” parece ser um campo emergente de lutas e pesquisas sobre violência contra a mulher. A autora afirma que o genocídio de mulheres indígenas e a esterilização em massa de mulheres negras são apenas dois exemplos de como a violência toma matizes particulares quando se trata de grupos étnicos considerados minoria nas estatísticas nacionais.

No artigo dos Cadernos Pagu, “Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência”, Henrietta Moore (2000) afirmou que “raça” e “gênero”, como expressões utilizadas no discurso acadêmico e no popular, são termos generalizantes que carregam suposições e estruturas muito específicas, e são histórica e contextualmente delimitadas.

As construções dominantes de gênero estão fortemente implicadas em outras relações sociais, se não estiverem inscritas nelas: a forma hegemônica de masculinidade é acompanhada, por exemplo, de uma forma hegemônica de racismo. “As estruturas globais de poder se fundam em distinções raciais que são muitas vezes utilizadas tanto para determinar quanto para substituir outras formas de diferença” (MOORE, 2000, p.34).

A violência em nível nacional e internacional é fortemente sexualizada. Nas situações sociais em que os discursos dominantes sobre gênero constroem as categorias “mulher” e “homem” como mutuamente exclusivas e hierarquicamente relacionadas, a representação da própria violência é, por sua vez, altamente sexualizada, e é inseparável da noção de gênero e, em particular, da noção de diferença de gênero.

Essas formas da diferença estarão fortemente implicadas na relação estabelecida entre fantasias de poder e fantasias de identidade. Quando essa relação é posta em questão, a violência, ou a ameaça de violência, pode ser o resultado. Porém, a diferença de gênero não é a única forma de diferença empregada na representação da violência. Outras formas de diferença, notadamente classe e raça, são cruciais na formação dos discursos sobre a identidade social, e são constitutivas de modos de subjetividade do mesmo modo que gênero.

Nesse sentido, gênero (e a diferença marcada por gênero) passa a representar diferenças muito reais de poder entre grupos de pessoas e indivíduos e, em muitos contextos, é construído em referência a discursos de diferença racial. Os idiomas de gênero e de raça são assim usados muitas vezes para ordenar diferenças de poder e/ou prestígio, com o resultado de que o próprio poder é representado em muitos contextos como sexualizado e racializado (MOORE, 2000).

O cruzamento de gênero e raça nas relações sociais brasileiras, enquanto objeto de estudo e de políticas, tem sido invisível na longa tradição cultural, o que contrasta fortemente com o atual perfil sócio-demográfico e com a perpetuação do racismo e da discriminação racial no país. Logo, é importante o referido cruzamento, na busca de conhecer a dinâmica e a magnitude da violência nas silenciadas tramas privadas.

Mediante tal cenário, é fundamental a pergunta sobre este entrecruzamento de gênero e raça, buscando conhecer sua dinâmica e refletindo sobre sua magnitude em um país com acentuadas problemáticas étnicas e raciais.

Vale lembrar que o processo colonial não apenas divide a sociedade em homens e mulheres, mas também em homens brancos e pretos/pardos, mulheres brancas e pretas/pardas, atribuindo a cada grupo um papel específico e um lugar na escala social. Portanto, as violências perpetradas contra as mulheres negras hoje remontam a um passado colonial constantemente reatualizado e reproduzido.

Merece destaque a noção de racismo, como teoria científica e instrumento político-ideológico de segregação étnico-racial, que difundiu a ideologia da supremacia branca. No que tange às especificidades da mulher negra, sua condição de pobreza e marginalidade reforça o preconceito e a sua posição de inferioridade.

Historicamente, a mulher ocupou o espaço de inferioridade e subalternização na hierarquia social, porém o que se deve mencionar é que as mulheres brancas e negras nunca estiveram no mesmo patamar de igualdade, visto que numa sociedade de raiz patriarcal, sexista e racista, a mulher negra tem desvantagem pelo quesito cor, elemento que reforça a desigualdade entre os indivíduos sociais (GUIRALDELLI; ENGLER, 2007).

Para Tânia Mara Almeida e Bruna Pereira (2012), como produto da articulação entre gênero e raça, as mulheres brancas se tornam o referencial do que se entende por “mulheres” e as mulheres não-brancas vistas como desprovidas dos traços da feminilidade hegemônicos, ou seja, as mulheres negras não foram alçadas ao status de mulheres “completas”.

Em uma sociedade racista, os homens negros não desfrutam plenamente dos privilégios da condição masculina. É diante das mulheres negras que experimentam um status de superioridade. Assim, essas mulheres estavam (e ainda estão) em situação pior que a dos homens negros, bem como a das brancas, fadadas a amargar as mais baixas posições numa estrutura social capitalista que conjuga racismo com sexismo.

As mulheres brancas e suas famílias, em geral, contam com maiores recursos para terceirizar o trabalho doméstico. As mulheres negras foram aquelas que assumiram as tarefas da esfera privada dos lares brancos, portanto, para grande parte das mulheres negras, o trabalho representa não uma inserção na esfera pública, mas o reforço de seu aprisionamento na dimensão privada. Este é um primeiro cenário em que se desdobra um dos sentidos da violência doméstica contra as mulheres pretas e pardas no país (ALMEIDA; PEREIRA, 2012).

Desse modo, a grande parcela das mulheres negras encontra-se em postos de trabalho precários, nos serviços domésticos, na informalidade e com baixa remuneração. Além disso, vale considerar que muitas são analfabetas ou semi-analfabetas, o que faz reproduzir o ciclo vicioso de pobreza. Assim, a mulher negra ocupa na hierarquia social uma posição inferior à da mulher branca, já que esta consegue posições e status diferenciados das negras (GUIRALDELLI; ENGLER, 2007).

Enquanto as mulheres brancas vivenciam a violência com base na sua condição de gênero, as mulheres negras a vivenciam também pela sua condição de raça/etnia, na medida em que os insultos, ofensas e agressões que recebem adquirem sentido também a partir de seus traços fenotípicos, que as remetem a um longo processo de opressão e dominação iniciado com a escravidão. Muitas vezes, essas violências são recebidas por várias dessas mulheres como justificável, pois vão ao encontro do sentimento de inferioridade forjado no contato social e por elas internalizado, que carregam por gerações e que reforça a posição de subalternidade ocupada no quadro geral das relações sociais racializadas.

Isso aumenta a dificuldade que mulheres negras têm de romper com a situação de violência dentro de casa, uma vez que se encontram mais vinculadas economicamente ao/s agressor/es, com menos recursos educacionais para se lançarem no mercado de trabalho em melhores postos.

A outra face da violência doméstica contra as mulheres negras emerge quando se atenta para os papéis a elas designados em suas relações afetivas e íntimas, ou seja, no contexto doméstico e familiar em sentido mais amplo. São representações que orientam posturas e práticas violentas contra as mulheres negras por parte de seus companheiros, e que abrangem: a constante fiscalização de sua sexualidade, na medida em que são consideradas hipersexualizadas; a negação de sua sexualidade, uma vez que seus atributos estéticos estão distantes daqueles atribuídos às mulheres brancas, tomados como padrão de beleza; a violência sexual, como forma de humilhação e/ou pela desconsideração de sua humanidade; as humilhações degradantes; a exploração econômica dos recursos obtidos pelo seu trabalho remunerado; a exploração de seu trabalho no âmbito doméstico; a agressão física brutal, que parte do pressuposto de sua força física avantajada.

A revelação de sua consciência de raça/etnia imbricada em sua consciência de gênero, assim como relacionada a outros marcadores sociais, tem sido fundamental

para a elevação do grau de discernimento dos sujeitos em relação à participação de suas características afrodescendentes nas interações, nos circuitos sociais e nos conflitos psíquicos, impulsionando formas originais de luta, resistência, de expressão e de compreensão da própria subalternidade.

É importante para as mulheres negras que o âmbito privado seja politizado e definido como núcleo central de conflitos de poder na sociedade. Os conflitos da vida cotidiana e a microfísica do poder no privado precisam ser desvelados, teorizados e inscritos nas pesquisas, nas leis e nas políticas públicas. Por isso, é fundamental tornar legítimo o reconhecimento dessas mulheres como cidadãs de direitos. Tal tarefa requer uma ação crítica permanente do movimento negro e feminista, de forma a pensar e repensar suas bandeiras de luta, envolvendo esses segmentos sociais (ALMEIDA; PEREIRA, 2012).

3.2.4. Serviço Social, violência contra a mulher e questão social

O significado social do Serviço Social só pode ser desvendado em sua inserção na sociedade, isso é, não se desenvolve independentemente das circunstâncias históricas e sociais que o determinam. Dessa forma, para Marilda Iamamoto (2006), é imprescindível romper com uma *visão endógena da profissão* e extrapolar o universo do Serviço Social para melhor apreendê-lo na história da sociedade da qual ele é parte e expressão.

As condições que peculiarizam o exercício profissional do/a assistente social são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas. Como as classes sociais só existem em relação, o trabalho profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e, por isso,

Reproduz [...] interesses contrapostos, que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital e do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadoras, da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor da história (IAMAMOTO, 2006, p.10).

Para esta autora, o Serviço Social é uma *especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social*, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. “Considerando a

historicidade da profissão ela se configura e se recria no âmbito das relações entre o Estado e a sociedade, fruto de determinantes macrossociais que estabelecem limites e possibilidades ao exercício profissional” (IAMAMOTO, 2006, p.11).

No que se refere às principais demandas e particularidades do trabalho profissional, no processo de divisão social do trabalho, o Serviço Social insere-se no interior dos serviços socioassistenciais existentes, desenvolvendo uma atuação caracterizada tanto pelo atendimento de demandas e necessidades sociais de seus usuários, como por uma ação socioeducativa para com as classes subalternas; sempre priorizando uma atuação que possa criar condições fundamentais para a reprodução social da vida dessas classes, numa mediação da relação: Estado – Instituição – Classes Subalternas.

A análise das particularidades do trabalho do Serviço Social desenvolvido junto às classes subalternas situa-se numa dimensão eminentemente política, colocando em questão o significado e a direção social desta ação profissional. O que se pretende assinalar é que esse significado e a direção social do trabalho profissional se explicam a partir do conjunto das relações e dos projetos colocados em confronto na trama social (YASBEK, 2009).

Está estabelecido no Serviço Social que as sequelas da “questão social” se constituem na matéria sobre a qual o exercício profissional se realiza, isto é, o/a assistente social tem na “questão social” a base de sua fundação enquanto especialização do trabalho, ou seja, tem nela o elemento central da relação profissional e realidade. Neste sentido, a profissão tem em seus fundamentos históricos as formas de enfrentar a “questão social”.

Vale destacar que a “questão social”, por si só, não funda diretamente o Serviço Social, segundo Yolanda Guerra (et al., 2007), mas fornece a base para o surgimento da profissão quando se transforma em objeto de intervenção do Estado, quando surge uma mediação política entre a “questão social” e o Estado, mediação esta instrumentalizada pelas políticas sociais cujo executor é o/a assistente social.

A expressão “questão social”

[...] diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2001, p.10).

A autora amplia o entendimento de “questão social” ao dizer que também

Expressa desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização (IAMAMOTO, 2006, p.17).

Para Yolanda Guerra (et al.,2007), a obra marxiana nos oferece os insumos teóricos para a compreensão da “questão social” como a expressão mais desenvolvida de um tipo de exploração diferenciada, uma vez que a produção da riqueza é coletiva, mas sua apropriação é privada. A análise da “questão social” está intimamente articulada às formas de produção e reprodução da vida material e espiritual dos homens.

Dada a sua dimensão estrutural, a “questão social” atinge a vida dos sujeitos nas suas requisições pela garantia de direitos civis, sociais, políticos e humanos. As alterações do sistema capitalista, que intensificam o processo de exploração e expropriação das classes trabalhadoras, reduzem o papel do Estado na garantia de direitos e promoção de políticas sociais que atendam às necessidades básicas de maior parte da população.

Nessa interface, os/as assistentes sociais são chamados a intervir nas relações sociais cotidianas, visando a contribuir com a ampliação e consolidação da cidadania na garantia de direitos aos segmentos socialmente subalternizados. Essa intervenção se dá via políticas sociais, conforme já mencionado anteriormente.

As políticas sociais constituem-se, de um lado, numa forma de o Estado alcançar o consenso entre as classes, escondendo a incompatibilidade entre os interesses do capital e do trabalho, e, de outro, como expressão das lutas sociais, o que permite que a relação capital-trabalho transite do domínio privado para a esfera pública e venha a se constituir em mecanismo de contenção apenas dos interesses do capital em busca da sua valorização (GUERRA et al., 2007).

Os/as assistentes sociais são profissionais qualificados e tem como pressuposto o compromisso ético de responder com competência às novas exigências das questões surgidas no trabalho cotidiano. Por isso, devem problematizar tais expressões da questão social visando uma intervenção qualificada e comprometida com as camadas menos favorecidas de nossa sociedade. Estes/as profissionais

[...] atuam nas manifestações mais contundentes da questão social, tal como se expressam na vida dos indivíduos sociais de distintos segmentos das classes subalternas em suas relações com o bloco do poder e nas iniciativas

coletivas pela conquista, efetivação e ampliação dos direitos de cidadania e nas correspondentes políticas públicas (IAMAMOTO, 2009, p.19).

Por isso, decifrar as novas mediações através das quais se expressa a “questão social” na cena contemporânea é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa apreender as várias expressões que as desigualdades sociais assumem na atualidade e os processos de sua produção e reprodução ampliada; e para projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida (IAMAMOTO, 2006).

Conforme mencionado anteriormente, “os assistentes sociais trabalham com as mais diversas expressões da questão social, esclarecendo à população seus direitos sociais e os meios de ter acesso aos mesmos” (IAMAMOTO, 2006, p.32). Nesse sentido, ressalta-se a violência contra as mulheres, como sendo o foco deste estudo e como expressão da questão social. Este tópico procura relacionar a atuação do/a assistente social frente a esse fenômeno que requisita um perfil profissional culto, crítico e capaz de formular, criar e avaliar propostas que apontem para a progressiva democratização das relações sociais de gênero.

Exige-se, para tanto, compromisso ético-político com os valores democráticos e competência teórico-metodológica na teoria crítica em sua lógica de explicação da vida social. Requisita, também, um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de potencializar suas ações nos níveis de combate, prevenção e erradicação da violência, sempre procurando estimular a participação de sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito, na defesa de seus direitos e no acesso aos meios de exercê-los (IAMAMOTO, 2006).

No artigo da Revista Gênero “Violência contra a mulher em Niterói”, Rita de Cássia Freitas (et al., 2011) afirmaram que a violência contra a mulher se dá de forma multidiversificada e, portanto, somente um trabalho também diversificado é possível para o enfrentamento a esse tipo de violência de maneira efetiva. São necessárias ações interdisciplinares para dar conta de responder essa demanda. Nesse sentido, convém ressaltar o papel que o Serviço Social em conjunto com outras profissões pode desempenhar no combate e prevenção à violência.

Como já explicitado no decorrer deste estudo, uma inovação trazida pela Lei Maria da Penha foi a possibilidade de os JVDPM contarem com uma equipe de atendimento multidisciplinar composta por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e saúde, conforme prevê o art.29 da Lei.

No que se refere à abordagem multidisciplinar, dois artigos da REF tratam do assunto, porém com um enfoque na Psicologia. O primeiro, cujo título é “Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência”¹², analisa a inserção do profissional da Psicologia na rede intersetorial de serviços para mulheres em situação de violência. O segundo, “Contando estórias e inventando metodologias para discutir a violência contra as mulheres”¹³, aponta para importância de se criar metodologias alternativas para trabalhar com a violência contra as mulheres dentro do campo da psicologia. Apesar do foco dos artigos estarem centrados na Psicologia, eles podem ser úteis para uma análise da atuação do profissional de Serviço Social em equipes multiprofissionais.

Para a realização de uma ação multiprofissional e intersetorial, é necessária a construção de um projeto de trabalho comum, com composição das ações especializadas e interação entre os agentes dos serviços que estão sendo oferecidos, tendo clareza dos meios e fins a serem alcançados nas ações profissionais. Isso implica conhecimento do objeto de intervenção, tanto dos profissionais, quanto da instituição.

No que se refere especificamente ao conjunto de serviços voltados a situações de violência contra as mulheres, um dos desafios colocados é um trabalho realizado de forma integral, levando-se em consideração as particularidades e especificidades de cada profissão que irá compor a equipe (HANADA; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010). Um trabalho realizado de forma integrada supõe:

a construção e a troca de saberes coletivos; a presença de canais formais de comunicação e interação entre instituições envolvidas em uma dada ação; abordagem complexa dos problemas e relações sociais; abertura para a participação e controle social das políticas e programas; existência de definições claras e flexíveis sobre as ações a serem desenvolvidas e os responsáveis primários e secundários por elas (FREITAS et al., 2011).

É fundamental pensar o lugar que cada profissional assume em uma equipe multidisciplinar que trabalhe no enfrentamento da violência contra as mulheres: o modo como pode se posicionar diante do tema e as ferramentas que pode utilizar nesse tipo de discussão. A equipe deve basear-se na Lei Maria da Penha de modo integrado, e o que se espera é que seus/suas profissionais sejam capacitados/as para

¹² HANADA; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010.

¹³ OLIVEIRA, 2014.

atenderem tanto mulheres como homens autores de violência, numa perspectiva que leve em consideração as discussões de gênero (OLIVEIRA, 2014).

É importante frisar a importância de o/a profissional não confundir a ética da profissão com valores morais, crenças, modelos de gênero e conjugalidade próprios, para que não emita juízo de valor no momento da intervenção.

Fator importante é o cuidado com a redução do fenômeno a uma concepção de medicalização da violência, ocorrendo uma redução para os sintomas e lesões, a imputação de um estado patológico aos sujeitos envolvidos na situação de violência, e uma leitura biomédica que recorre ao uso de medicação psiquiátrica para aliviar o sofrimento, desconsiderando os aspectos sociais determinantes (HANADA; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010).

Outro fator de extrema importância a ser considerado pelo/a assistente social é o de evitar uma visão psicologizante do fenômeno da violência que também é ressaltado no referido artigo da REF, quando profissionais

[...] focam o trabalho nas manifestações e sintomas, e não nas “causas da violência”, o que consideram uma intervenção “psicologizante”, que “raras vezes” ajudam as mulheres maltratadas em seus processos de empoderamento e busca de justiça e soluções aos seus problemas de violência (SAGOT, 2000, p. 33 *apud* HANADA; D'OLIVEIRA; SCHRAIBER, 2010).

Em suas considerações, Érika Oliveira (2014) destacou a importância do desenvolvimento de metodologias que possam contribuir na prevenção da violência contra as mulheres – entendendo ser um dos pilares dessa prevenção a denúncia de que as feminilidades e masculinidades são criadas e reguladas por meio de normas identitárias fixas e dicotômicas – além dos desafios para a psicologia, sugeridos pela autora, acrescenta-se para a análise os desafios também ao Serviço Social.

Um dos desafios apontados pela autora está na necessária interlocução com as teorias feministas que trazem a desconstrução das identidades e das categorias unas e totalizadoras.

Por fim, tendo como pressuposto o Código de Ética da profissão e o projeto ético-político do Serviço Social, construído coletivamente pela categoria profissional, em relação a essa temática da violência contra a mulher, devem ser uma obrigação ética a superação das contradições e a constituição de valores democráticos, igualitários e libertários. É fundamental que não haja no exercício profissional a banalização/justificação da violência, nem a visão culpabilizadora e/ou psicologizante

do indivíduo. Tal postura possibilita deixar a cargo do privado, da esfera doméstica, da família – principalmente das mulheres – a responsabilidade e a promoção de cuidados e bem-estar de seus membros.

3.3. Algumas considerações sob a ótica dos textos analisados

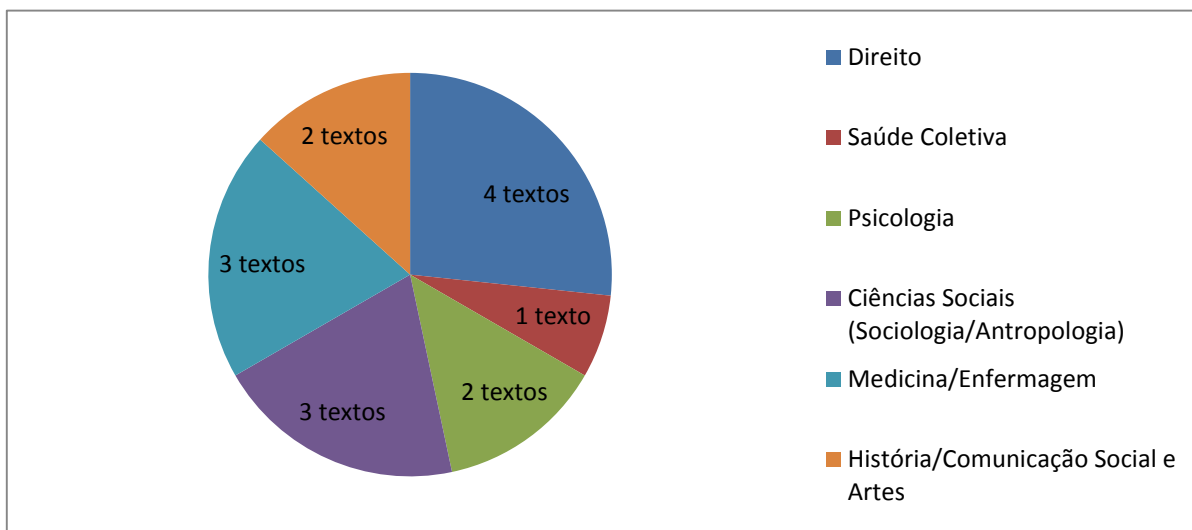
Durante a análise dos textos sobre violência contra a mulher, verificou-se que todos são de autoria feminina. Outros dois textos têm autoria masculina, porém tratam da violência de gênero contra homossexuais e travestis, e não foram utilizados nas categorias de análise (NETO, 2003; FIGARI, 2008).

De todo o universo das revistas, poucos artigos tratavam da temática específica de violência contra a mulher. Os que abordavam o assunto foram utilizados para a análise. Sobre esse fato, as considerações de Lucila Scavone (2013, p.590) são pertinentes, pois,

[...] chama a atenção a baixa incidência de artigos em Violências já que a violência de gênero é tema histórico e importante no Movimento Feminista. Isto poderia sugerir reduzido índice de pesquisas e/ou produções acadêmico-científicas sobre a questão; ou que elas estariam sendo divulgadas em outros veículos, como livros e coletâneas; ou ainda nos canais de divulgação dos movimentos sociais. Há também que considerar o fato de a violência de gênero aparecer, em alguns artigos, relacionada de forma secundária a outros problemas, como os da saúde.

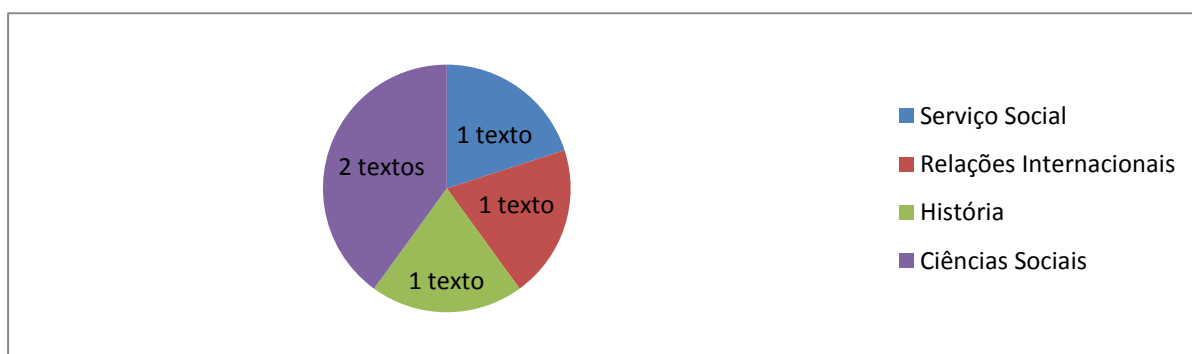
Os gráficos a seguir mostram a predominância das áreas de formação das autoras em cada revista pesquisada e a respectiva distribuição regional.

GRÁFICO 6 – Predominância das áreas de formação das autoras na REF de textos sobre violência



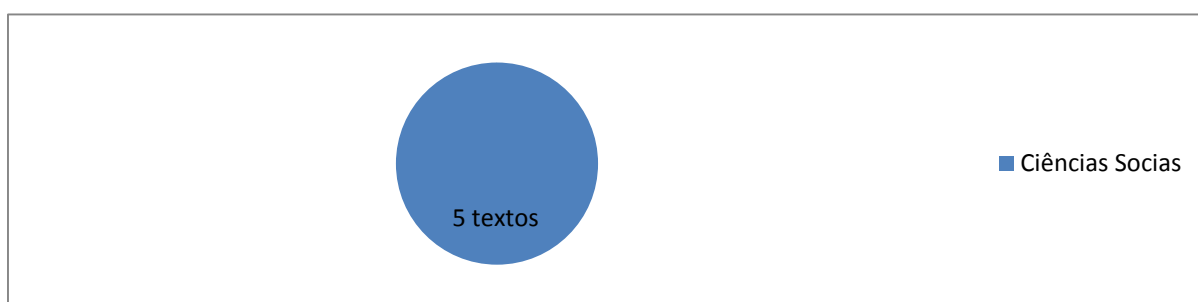
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos.

GRÁFICO 7 – Predominância das áreas de formação das autoras na Revista Gênero de textos sobre violência



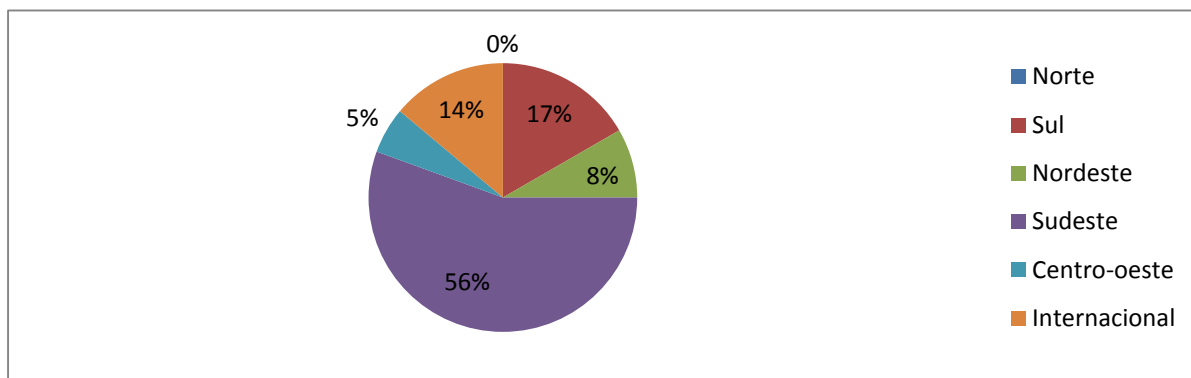
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos.

GRÁFICO 8 – Predominância das áreas de formação das autoras nos Cadernos Pagu de textos sobre violência



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos.

GRÁFICO 9 – Predominância da distribuição nacional e internacional das autoras



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados obtidos.

Chamou atenção que nenhum texto analisado na REF e nos Cadernos Pagu foi escrito por assistentes sociais.

O Gráfico 9 revela a predominância da distribuição geográfica, com base nas regiões brasileiras, das autoras que abordam e analisam a temática sobre violência contra as mulheres nas três revistas selecionadas¹⁴. Observa-se que a produção bibliográfica concentra-se predominantemente na região sudeste do Brasil. É importante frisar que não houve qualquer publicação de autoras/es da região norte do país sobre a temática da violência nas três revistas em análise.

Além disso, tendo em vista que a Revista Estudos Feministas está vinculada à UFSC (região sul), a Revista Gênero à UFF (região sudeste) e o Cadernos Pagu à Unicamp (também região sudeste), esse dado também pode ser um aspecto considerado na análise. Ou seja, revistas de significativa veiculação nacional e internacional sobre estudos de gênero encontram-se ainda concentradas na região sul e sudeste do Brasil.

Isso sugere uma distribuição desigual na pesquisa e produção de conhecimento sobre feminismo, gênero e violência nas três revistas, o que, segundo Diniz e Foltran (2004), podem ser um indicativo da má distribuição dos incentivos à pesquisa em todas as regiões do país. Verificou-se, também, com base no Gráfico 9, que a quantidade de autores/as estrangeiros/as que abordaram a temática da violência é mais significativa que a de autores/as das regiões nordeste e centro-oeste.

¹⁴ Cabe mencionar que o gráfico 9 apresenta apenas as autoras cuja vinculação institucional foi especificada nos textos analisados, o que já revela uma amostra suficiente para análise.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos de gênero no Brasil adquiriram crescente qualidade e visibilidade nos mais diversos campos do saber, a partir de contribuições trazidas por movimentos acadêmicos e feministas ao longo das últimas décadas. Assim, as contribuições feministas são muito importantes no tocante ao tema das desigualdades sociais nas muitas relações que compõem a vida social: classes, raças/etnias, gerações, orientação sexual, identidade de gênero e tantas outras que permeiam a sociedade através de sistemas de poder e subordinação (SANTOS; IZUMINO, 2005).

As publicações dos periódicos feministas, destacando-se as das três revistas analisadas neste estudo, demonstram as possibilidades de aproximar os diversos estágios do processo de tomada de consciência sobre a necessidade de transformações nas relações estabelecidas entre os sujeitos sociais na busca da igualdade de mulheres e homens na sociedade.

Para isso, a perspectiva de gênero exerce um importante papel, pois propõe lançar um novo olhar sobre a realidade a partir das mulheres e com as mulheres, revolucionando a ordem dos poderes. Isso sugere o reconhecimento da diversidade de gênero que implica reconstrução de uma humanidade diversa e democrática (LISBOA, 2014).

Para a realização deste trabalho, foi imprescindível entender que gênero é um conceito que agrega um conjunto de fenômenos sociais, históricos, políticos, econômicos e psicológicos. Diz respeito às relações sociais, culturais e de poder que estruturam toda a cena social.

Assim, os debates e produções sobre *gênero* vêm sendo construídos e utilizados com o intuito de desfazer ou desconstruir a imagem da mulher-natureza e possibilitar a igualdade entre mulheres e homens em todas as esferas da vida social.

Os estudos de gênero no Brasil e no mundo têm contribuído para a constatação das diferenças e desigualdades presentes nas relações sociais, mas para além de uma mera constatação, tem possibilitado sinalizar caminhos e propor políticas públicas e legislações que assegurem a igualdade entre homens e mulheres. Pensar alternativas, políticas e superações dessa ordem desigual, sustentada ainda pelo patriarcado e machismo, é um dos grandes desafios do feminismo na contemporaneidade.

Diante desse cenário, e com o entusiasmo das discussões e produções feministas, a violência contra as mulheres vem sendo intensamente discutida nas últimas décadas no Brasil, por diversos enfoques, em diferentes áreas de conhecimento e na efervescência de movimentos sociais, especialmente do movimento feminista e de mulheres.

As reflexões e as intervenções que acompanham as discussões sobre a violência contra as mulheres têm se modificado de acordo com os avanços teóricos ocorridos sobre a categoria gênero, no âmbito das universidades, e a partir da definição de leis e políticas públicas voltadas à prevenção, ao combate e à erradicação de todas as formas de manifestação desse fenômeno na sociedade brasileira e no panorama mundial (ALMEIDA; PEREIRA, 2012).

Nesse sentido, a violência de gênero, especialmente aquela dirigida à mulher, constitui-se em um campo teórico, metodológico e político fundado a partir das reivindicações do movimento feminista internacional e brasileiro, e deve ser analisada de forma dinâmica e relacional, uma vez que homens e mulheres são sujeitos dessa ação, ainda que de maneira desigual.

Logo, sua compreensão deve ser a de um fenômeno social complexo, persistente e multifacetado a ser entendido em sua integralidade, e no qual devem ser consideradas suas determinações, as tramas socioculturais, econômicas e políticas que o circunscrevem, assim como as condições materiais de quem está inserido na relação violenta e as ações pouco eficazes do aparato estatal e jurídico-normativo (BRANDÃO, 2004).

É também importante ressaltar o papel das/os assistentes sociais junto a essa expressão da questão social, pois, no panorama das novas interfaces que se apresentam para a profissão, a violência de gênero tem se mostrado como campo de intervenção do Serviço Social.

O cotidiano de intervenção profissional possibilita conhecer a realidade multifacetada das mulheres em seus diferentes contextos, principalmente as que se encontram em situação de violência, e ter acesso a dados que poderão contribuir para a construção do aporte teórico da área, o qual, por sua vez, pode subsidiar as políticas públicas com perspectiva de gênero (LISBOA, 2014).

Portanto, analisar a violência contra a mulher como expressão da questão social implica considerar a real necessidade de inserir a temática de gênero na formação da/o profissional em Serviço Social, de forma a produzir conhecimentos que

estejam voltados para a elaboração, gestão e operacionalização das políticas públicas, com o compromisso de contribuir para a equidade de gênero.

No entanto, em que pese a relevância do/a profissional de Serviço Social nas situações de violência contra a mulher, neste estudo, verificou-se pouca, ou quase nenhuma, produção teórica de autores/as com essa formação nas revistas pesquisadas.

Vale ressaltar que para a realização deste trabalho, foram pesquisadas todas as edições das três revistas selecionadas, e constatou-se que ainda que se trate de periódicos feministas, a violência, especialmente contra a mulher, é pouco abordada como tema central dos artigos, sobretudo, quando se leva em consideração os índices alarmantes de mulheres em situação de violência no Brasil.

Finalmente, observou-se que é inegável a importância do Serviço Social no enfrentamento da violência contra a mulher, da mesma forma, é fundamental a participação mais ativa das/os profissionais da área na produção, socialização do conhecimento e publicação de textos e artigos nessas revistas pesquisadas, as quais possuem, inclusive, reconhecimento científico internacional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto. Violência doméstica e familiar contra mulheres pretas e pardas no Brasil: reflexões pela ótica dos estudos feministas latino-americanos. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política. v.2, n.2, Dossiê: Cultura e Política, dez.2012. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/21941/12030>>.

Acesso em: 23/10/2014

ÁLVAREZ, S. **Engendering democracy in Brasil**: women's movements in transition politics. Pinceton: Princeton University Press, 1990.

AMORÓS, Célia. **Diez palabras clave sobre Mujer**. España: Navarra, 1995.

ARAÚJO, Maria de Fátima; MARTINS, Edna Júlia Scombatti; SANTOS, Ana Lúcia. Violência de gênero e violência contra a mulher. In: ARAÚJO, Maria de Fátima; MATTIOLI, Olga (org). **Gênero e violência**. São Paulo: Editora Arte e Ciência, 2004.

BANDEIRA, Lourdes M.; SIQUEIRA, Deis. A perspectiva feminista no pensamento moderno contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. VII/2, n. 3, p.263-264, 1997.

_____. A contribuição da crítica feminista à ciência. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 16(1): 207-230, janeiro-abril/2008.

_____. Relações de Gênero: corpo e sexualidade. In: **Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil**: dilemas e desafios. São Paulo: Hucitec Population Council, 1999.

_____. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Revista Sociedade e Estado**. Vol. 24, n.2, p.401-438, maio/ago, 2009.

_____; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Violência de gênero**: a construção de um campo teórico e de investigação, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-9922014000200008&script=sci_arttext>. Acesso em 24/09/2014.

BRAGA, Kátia; NASCIMENTO, Elise (org); DINIZ, Debora (Ed). **Bibliografia Maria da Penha**: violência contra a mulher no Brasil. Brasília: Editora UnB, 2006.

BRANDÃO, Elaine R. Eu quero saber quais são meus direitos: a complexa trama entre cidadania e lógica familiar. In: STREY, Marlene N. et al (orgs.). **Violência, Gênero e Políticas Públicas**. Porto Alegre: EDIPURCS, 2004.

BRASIL. **Lei Maria da Penha**: lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. Conheça a lei que protege as mulheres da violência doméstica e familiar. Brasília. Secretaria de Políticas para as Mulheres: SPM, 2012. Disponível em:

<http://www.mulheresdireitos.org.br/publicacoes/LMP_web.pdf>. Acesso em: 25/06/2014

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1988.

_____. Presidência da República. **Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 07/10/2014.

CAMPOS, Carmen Hein de. Juizados Especiais Criminais e seu déficit teórico. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(1): 336, jan-jun/2003.

_____; CARVALHO, Salo de. Violência doméstica e Juizados Especiais Criminais: análise a partir do feminismo e do garantismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 14(2), maio-agosto/2006.

CFEMEA. **Lei Maria da Penha: do papel para a vida**. Comentários à Lei 11.340/2006 e sua inclusão no ciclo orçamentário. Brasília: CFEMEA, 2007.

CONTO, Janete Maria de. O agir prescrito na lei maria da penha. In: **Anais do IX Encontro do CELSUL**. Universidade do Sul de Santa Catarina, Palhoça/SC, 2010. Disponível em: <<http://celsul.org.br/Encontros/09/artigos/Janete%20de%20Conto.pdf>>. Acesso em: 10/09/2014.

COSTA, Ana Alice. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: PISCITELLI, Adriana et al, (orgs). **Olhares feministas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2009, p.51-81.

DEBERT, Guita Grin; OLIVEIRA, Marcella Beraldo de. Os modelos conciliatórios de solução de conflitos e a “violência doméstica”. **Cadernos Pagu** (29), julho-dezembro de 2007:305-337.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

DINIZ, Debora; FOLTRAN, Paula. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da revista estudos feministas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(N.E.): 245-253, setembro-dezembro, 2004.

FÁVERO, Maria Helena. **Psicologia do Gênero: psicobiografia, sociocultura e transformações**. Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 2010.

FIGARI, Carlos Eduardo. Violencia, repugnância y indignación: las travestis como lo outro abyecto. **Revista Gênero**, Niterói, v.8, n.2, p. 355-368, 1. sem. 2008.

FONTINHA, Rodrigo. **Novo Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**. Porto: Domingos Barreira, s/d.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; *et al.* Violência contra a mulher em Niterói – Notas. **Revista Gênero**, Niterói, v.12, n.1, p. 157-182, 2011.

GENDRON, Colette. Violência e Assédio Sexual. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, jul-dez, 1994.

GREGORI, Maria Filomena. Relações de violência e erotismo. **Cadernos Pagu** (20) 2003: pp.87-120.

_____. **Cenas e queixas:** um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista. Rio de Janeiro: Paz e Terra. São Paulo: ANPOCS, 1993.

GROSSI, Miriam P. et al (Orgs). **Depoimentos:** trinta anos de pesquisas feministas brasileiras sobre violência. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2006.

_____. A revista estudos feministas faz 10 anos: uma breve história do feminismo no Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(N.E.): 211-221, setembro-dezembro/2004.

_____. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, Nº especial, 1994.

GUERRA, Yolanda *et al.* O debate contemporâneo da “questão social”. **III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007. Disponível em:

<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/mesas/31faf46bb74c9b64aa7dYolanda_fatima_Joana_Nadia.pdf>. Acesso em: 03/11/2014.

GUIMARÃES, Raquel. **Poder judiciário e violência contra a mulher:** aplicação da Lei Maria da Penha aos conflitos domésticos e familiares. 2011. 167 p: Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia, 2011.

GUIRALDELLI, Reginaldo; ENGLER, Helen Barbosa Raiz. Mulher negra e violência: dilemas atuais. **Serviço Social & Realidade**, Franca, 16(1): 205-223, 2007. Disponível em: <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/97/116>>. Acesso em: 28/10/2014.

GULLO, Álvaro de Aquino e Silva. Violência urbana: um problema social. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 10(1): 105-119, maio de 1998.

HANADA, Heloísa; D'OLIVEIRA, Ana Flávia Pires Lucas; SCHRAIBER, Lília Blima. Os psicólogos na rede de assistência a mulheres em situação de violência. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 18(1): 288, janeiro-abril/2010.

HAYECK, Cynara Marques. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no capitalismo. **Temporalis**. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafiline, 2001.

_____. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et ali (orgs.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**; ABEPSS, Organização Pan Americana de Saúde/OMS Brasil; julho de 2006. Disponível em:

<http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-2.pdf>. Acesso em 08/09/2014.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS, ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IANNI, Octávio. Violence in contemporary society. In: **Estudos de Sociologia**, Araraquara, n.12, 2002, p. 7-28.

KAUFMAN, M. The construction of masculinity and the triad of men's violence. In: **Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change**. New York: Oxford University Press, 1987.

KÜCHEMANN, Berlindes A; BANDEIRA, Lourdes; ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **A categoria gênero nas ciências sociais**. Disponível no prelo, 2011.

LISBOA, Teresa Kleba. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social. **Revista Temporalis**. Brasília (DF), ano 14, n. 27, jan./jun. 2014, p. 33-56.

MACHADO, Lia Zanotta. Matar e morrer no feminino e no masculino. In: **Série Antropologia** (239), Brasília/DF, 1998.

MAGALHÃES, Magna Lima; ARAÚJO, Denise Castilhos de; SCHEMES, Claudia. Queixosas e valentes: as mulheres e a visibilidade da violência cotidiana. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(3): 496, setembro-dezembro/2013.

MATOS, Maria Izilda. História das mulheres e gênero: uso e perspectivas. **Caderno Espaço Feminino**, v.3, n.1/2, 1997.

MELO, Hildete Pereira de. A Revista Gênero/UFF: fazendo "ciências" na militância. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

MINAYO, Maria Cecília. O desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília (org). **Pesquisa Social: teoria método e criatividade**. 29.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOORE, Henrietta L. Fantasias de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência. **Cadernos Pagu**, (14) 2000: pp.13-44.

NASCIMENTO, Luana Regina Ferreira do. **Aplicação da Lei Maria da Penha: um estudo sobre estereótipos de gênero no judiciário**. 2012. 83 f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Política Social, 2012.

NETO, Luiz Mello de Almeida. Um olhar sobre a violência contra homossexuais no Brasil. **Revista Gênero**, Niterói, v.4, n.1, p. 33-46, 2003.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares. Contando histórias e inventando metodologias para discutir a violência contra as mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 22(1): 416 janeiro-abril/2014.

PANDJIARJIAN, Valéria. **Os estereótipos de gênero nos processos judiciais e a violência contra a mulher na legislação**. Rio de Janeiro: IPAS-Brasil, 2002. Disponível em: <<http://ipas.org.br/arquivos/valeria/painel.doc>>. Acesso em: 27/08/2014.

PARENTE, Eriza de Oliveira; NASCIMENTO, Rosana Oliveira do; VIEIRA, Luiza Jane Eyre de Souza. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 17(2): 445-465, maio-agosto/2009.

PASINATO, Wânia. Avanços e obstáculos na implementação da Lei 11.340/2006. In: CAMPOS, Carmen (org). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico feminista**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

Percepções dos homens sobre violência doméstica contra a mulher. Pesquisa realizada pelo Instituto AVON/DataPopular, 2013. Disponível em: <http://www.compromissoeatitude.org.br/wp-content/uploads/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf> Acesso em: 21/09/2014.

Percepções e Reações da Sociedade sobre a violência contra a mulher. Pesquisa IBOPE/Instituto Avon, em parceria com Instituto Patrícia Galvão, IBOPE Inteligência, Perfil Urbano Pesquisa e Expressão, 2009. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/subsecretaria-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/lei-maria-da-penha/2009-pesquisa-ibope.avon-violencia-domestica.pdf>>. Acesso em 27/09/2014.

PINTO, Celi Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.49, p. 98-112, março/maio 2001.

PISCITELLI, Adriana; BELELI, Iara; LOPES, Maria Margaret. Cadernos Pagu: contribuindo para a consolidação de um campo de estudos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 11(1):242-246, jan-jun/2003.

PONDAAG, M. C. M. **Sentidos da Violência Conjugal: a perspectiva de casais**. Tese (Doutorado), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PRÁ, Jussara Reis. O feminismo como teoria e como prática política. In: **Mulher: estudos de gênero**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1997.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o “gênero”. **Cadernos Pagu** (11), 1998.

ROMEIRO, Julieta. A Lei Maria da Penha e os desafios da institucionalização da violência conjugal no Brasil. In: MORAES, Aparecida; SORJ, Bila (orgs). **Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v13n4/v13n4a08.pdf>>. Acesso em: 10/07/2014

_____. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp.115-136.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. Violência de gênero no Brasil atual. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 1994.

SANTOS, Cecília Mac Dowell; IZUMINO, Wânia P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinares de América Latina y el Caribe**. Universidade de TelAviv, v. 16, n. 1, 2005, p. 147-164.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(2): 264, maio-agosto/2004.

SCAVONE, Lucila. Perfil da REF dos anos 1999-2012. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 21(2): 336, maio-agosto/2013.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, vol. 16, n. 2, 1990.

SOIHET, Rachel VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: saberes masculinos e Representações Femininas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 1997.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade. In: **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SUAREZ, Mireya. Gênero: uma palavra para desconstruir ideias e um conceito empírico e analítico. In: Silva, K. (org). **Gênero no mundo do trabalho: I Encontro de Intercâmbio de Experiências do Fundo de Gênero no Brasil**. Brasília: Agência Canadense, 2000.

TELES, Maria Amélia de Almeida; MELO, Mônica de. **O que é violência contra a mulher**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2003.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. São Paulo: Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Expressão Popular, 2007.

VELÁZQUEZ, Susana. **Violências Cotidianas, Violência de Gênero**: escutar, compreender, ajudar. Buenos Aires: Paidós, 2006, p. 29 e 224.

Violência doméstica e familiar contra a mulher. Pesquisa do DATASENADO, Secretaria de Transparência, 2013. Disponível em:
<http://www.senado.gov.br/noticias/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-Violencia_Domestica_contra_a_Mulher_2013.pdf>. Acesso em: 23/09/2014.

WELZER-LANG, Daniel. **A construção do masculino**: dominação das mulheres e homofobia, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>>. Acesso em: 10/07/2014.

YAZBEK. Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: ABEPSS, CFESS. **Serviço Social**: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS / ABEPSS / CEAD-UNB, 2009.